

CAROLINE STUANI SALVADOR

**A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO  
FERRAMENTA AUXILIAR PARA O GESTOR NO MOMENTO DA  
TOMADA DE DECISÕES EM UMA EMPRESA DO SETOR VINÍCOLA  
DE FLORES DA CUNHA - RS**

Monografia apresentada como requisito  
para a obtenção do Grau de Bacharel  
em Ciências Contábeis da  
Universidade de Caxias do Sul.

Orientador: Prof. Esp. Orly Casara

Caxias do Sul

2011

## **APROVAÇÃO**

CAROLINE STUANI SALVADOR

### **A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS COMO FERRAMENTA AUXILIAR PARA O GESTOR NO MOMENTO DA TOMADA DE DECISÕES EM UMA EMPRESA DO SETOR VINÍCOLA DE FLORES DA CUNHA - RS**

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do Grau de Bacharel em Ciências Contábeis da Universidade de Caxias do Sul.

Banca examinadora:

Presidente/orientador

-----  
Prof. Esp. Orly Casara

Examinadores

-----  
Nome e titulação do banqueiro – UCS

-----  
Nome e titulação do banqueiro – UCS

Trabalho apresentado e aprovado pela banca examinadora em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## **DEDICATÓRIA**

A minha mãe Elci, professora minha da vida, exemplo de dedicação e persistência nos estudos. Ao meu pai Volmar sempre atencioso e amoroso, um enólogo muito batalhador. Ao meu irmão Augusto, meu companheiro para a vida toda.

## **AGRADECIMENTOS**

Quero expressar meus sinceros agradecimentos aos meus familiares, especialmente a minha mãe pelo apoio e incentivo, meus amigos e a Deus por me guiar nesta caminhada. Agradeço especialmente a atenção e dedicação do meu orientador Prof. Esp. Orly Casara durante o desenvolvimento desta monografia.

## **PENSAMENTO**

“Bom mesmo é ir à luta com determinação, abraçar a vida e viver com paixão, perder com classe e vencer com ousadia. Porque o mundo pertence a quem se atreve e a vida é muito para ser insignificante” (Charles Chaplin)

## RESUMO

Informações são ferramentas importantes para melhorar a organização, o desempenho e a maximização dos resultados de uma empresa através de decisões baseadas em dados de fácil compreensão. A Análise das Demonstrações Contábeis através do cálculo e análise dos índices econômico-financeiros facilita ao gestor a identificação dos aspectos positivos e negativos do desempenho empresarial. Este trabalho tem o objetivo de verificar de que maneira as informações derivadas da análise dos índices geram dados que auxiliam os gestores na tomada de decisões e melhorias na empresa Terrasul Vinhos Finos Ltda. Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica enfatizando o histórico da análise e aspectos importantes para que se possa conhecer mais acerca deste instrumento contábil. Foram conceituados os índices de endividamento, liquidez, rotatividade, rentabilidade, calculados conforme as demonstrações contábeis da empresa caso e demonstrados em quadros para facilitar o entendimento dos dados. Foi possível verificar os índices que mais obtiveram variações e o que acarreta essa oscilação na situação financeira da empresa e através da análise vertical e horizontal quais os aspectos que mais necessitam de atenção. Ao final chegou-se a conclusão de que o estudo viabilizou conhecer a situação da empresa estudada e que aspectos os gestores precisam enfatizar como prioridade para melhorias, além de se adaptarem as particularidades que o ramo vinícola exige para poder continuar crescendo com novos investimentos.

**Palavras-chave:** Análise das Demonstrações Contábeis. Decisões Empresariais. Gestão. Índices. Informações.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Terrasul Vinhos Finos Ltda. ....	51
Figura 2: Vinhedos San Felício Ltda. ....	52
Figura 3: Embalagem Bag in Box 5 Litros .....	53
Figura 4: Garrafas de 750 ml.....	53
Figura 5: Garrafões de 2 Litros.....	53

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Balanço Patrimonial e Análise Vertical - Horizontal 2009 e 2010.....	55
Quadro 2: DRE e Análise Vertical – Horizontal 2009 e 2010. ....	56
Quadro 3: Análise dos Índices de Endividamento 2009 e 2010. ....	58
Quadro 4: Análise dos Índices de Liquidez 2009 e 2010. ....	60
Quadro 5: Análise dos Índices de Rentabilidade 2009 e 2010.....	62
Quadro 6: Análise dos Índices de Rotatividade 2009 e 2010.....	63
Quadro 7: Aumento do CPV de 2009 para 2010.....	66

## LISTA DE SIGLAS

AC – Ativo Circulante

AÑC – Ativo Não-Circulante

ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo

AT – Ativo Total

BP – Balanço Patrimonial

CE – Composição do Endividamento

CPV – Custo dos Produtos Vendidos

DF – Dependência Financeira

DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa

DLPA – Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados

DMPL – Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DRE – Demonstração do Resultado do Exercício

GA – Giro do Ativo

GCR – Giro de Contas a Receber

GE – Giro dos Estoques

GF – Giro dos Fornecedores

IPL – Imobilização do Patrimônio Líquido

IRÑC – Imobilização dos Recursos Não-Correntes

LI – Liquidez Imediata

LC – Liquidez Corrente

LG – Liquidez Geral

LL – Lucro Líquido

LS – Liquidez Seca

ML – Margem Líquida

NBC – Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica

PC – Passivo Circulante

PCT – Participação de Capitais de Terceiros

PL – Patrimônio Líquido

PMCR – Prazo Médio de Contas a Receber

PME – Prazo Médio de Estocagem

PMPF – Prazo Médio de Pagamento dos Fornecedores

PÑC – Passivo Não-Circulante

RA – Rentabilidade do Ativo

ROI – *Return on Investment* (Retorno sobre o Investimento)

ROL – Resultado Operacional Líquido

RPL – Rentabilidade do Patrimônio Líquido

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO .....	14
1.2 QUESTÃO DE PESQUISA .....	15
1.3 OBJETIVOS .....	16
1.3.1 <i>Objetivo geral</i> .....	16
1.3.2 <i>Objetivos específicos</i> .....	16
1.4 METODOLOGIA .....	16
1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO .....	18
<b>2 A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS</b> .....	<b>19</b>
2.1 HISTÓRICO - O SURGIMENTO DA ANÁLISE .....	19
2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	20
2.2.1 <i>Balço patrimonial (BP)</i> .....	21
2.2.2 <i>Demonstração do resultado do exercício (DRE)</i> .....	22
2.2.3 <i>Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)</i> .....	23
2.2.4 <i>Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)</i> .....	23
2.2.5 <i>Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)</i> .....	24
2.2.6 <i>Notas explicativas</i> .....	24
2.3 CONCEITO .....	24
2.4 OBJETIVO E IMPORTÂNCIA .....	25
2.5 USUÁRIOS DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	27
2.6 A ANÁLISE PARA AS DECISÕES EMPRESARIAIS .....	28
2.7 O ANALISTA CONTÁBIL .....	31
2.8 MÉTODOS DE ANÁLISE .....	31

2.8.1	<i>Método das diferenças absolutas</i> .....	32
2.8.2	<i>Método de percentagens horizontais</i> .....	32
2.8.3	<i>Método de percentagens verticais</i> .....	32
2.8.4	<i>Método de índices</i> .....	33
<b>3</b>	<b>ÍNDICES</b> .....	<b>34</b>
3.1	ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAIS .....	34
3.1.1	<i>Conceito</i> .....	34
3.1.2	<i>Principais índices de endividamento</i> .....	36
3.2	ÍNDICES DE LIQUIDEZ .....	39
3.2.1	<i>Conceito</i> .....	39
3.2.2	<i>Principais índices de liquidez</i> .....	40
3.3	ÍNDICES DE ROTATIVIDADE .....	43
3.3.1	<i>Conceito</i> .....	43
3.3.2	<i>Principais índices de rotatividade</i> .....	43
3.4	ÍNDICES DE RENTABILIDADE .....	46
3.4.1	<i>Conceito</i> .....	46
3.4.2	<i>Principais índices de rentabilidade</i> .....	47
<b>4</b>	<b>ESTUDO DE CASO NA EMPRESATERRASUL VINHOS FINOS LTDA</b> .....	<b>51</b>
4.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA .....	51
4.1.1	<i>Histórico</i> .....	51
4.1.2	<i>Produtos</i> .....	52
4.1.3	<i>Fornecedores</i> .....	54
4.1.4	<i>Clientes</i> .....	54
4.2	BALANÇO E DRE DOS EXERCÍCIOS 2009 E 2010 .....	54
4.3	ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL .....	56
4.4	ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO .....	58
4.4.1	<i>Dependência financeira (DF)</i> .....	58
4.4.2	<i>Composição do endividamento (CE)</i> .....	59
4.4.3	<i>Participação de capital de terceiros (PCT)</i> .....	59
4.4.4	<i>Imobilização do patrimônio líquido (IPL)</i> .....	59
4.4.5	<i>Imobilização dos recursos não correntes (IRÑC)</i> .....	60
4.5	ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ .....	60
4.5.1	<i>Liquidez imediata (LI)</i> .....	60
4.5.2	<i>Liquidez corrente (LC)</i> .....	61
4.5.3	<i>Liquidez seca (LS)</i> .....	61
4.5.4	<i>Liquidez geral (LG)</i> .....	61
4.6	ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE .....	62
4.6.1	<i>Giro do ativo (GA)</i> .....	62
4.6.2	<i>Margem líquida (ML)</i> .....	62
4.6.3	<i>Rentabilidade do ativo (RA)</i> .....	62
4.6.4	<i>Rentabilidade do patrimônio líquido (RPL)</i> .....	63
4.7	ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO .....	63

4.7.1	<i>Giro dos estoques (GE) e prazo médio de estocagem (PME)</i> .....	63
4.7.2	<i>Giro de fornecedores (GF) e prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF)</i> .....	64
4.7.3	<i>Giro das contas a receber (GCR) e prazo médio de recebimento de contas a receber (PMCR)</i> .....	64
4.8	ANÁLISE GERAL DA APLICAÇÃO DO ESTUDO DE CASO .....	65
<b>5 CONCLUSÃO .....</b>		<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>		<b>70</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 IMPORTÂNCIA DO ESTUDO

Com um cenário econômico-financeiro que se renova constantemente com o passar dos anos, a realidade mercadológica das empresas está conseqüentemente criando novas necessidades em relação ao sistema de gestão utilizado pelas organizações, bem como a maneira em que utilizam e interpretam as informações geradas pela Contabilidade, aonde verifica-se a necessidade da Análise das Demonstrações Contábeis ou Análise de Balanço. Pois segundo Matarazzo (2010, p. 3):

As demonstrações financeiras fornecem uma série de dados sobre a empresa, de acordo com as regras contábeis. A Análise de Balanços transforma esses dados em informações e será tanto mais eficiente quanto melhores informações produzir.

Os administradores têm grande necessidade em obter informações consistentes que facilitem o processo de tomada de decisões, conseguindo assim buscar alternativas diante dos seus problemas organizacionais e conseguindo se estabelecer em seu mercado de atuação com uma vantagem competitiva maior e principalmente visando atingir os objetivos traçados pela organização, aonde o seu crescimento e sobrevivência são relevantes, bem como sua maximização dos lucros, independência e principalmente a competitividade e a internacionalização, fatores indispensáveis no atual cenário da globalização da economia, demonstrando assim que a empresa é eficiente podendo atuar em um mercado exigente e disputado.

Assim, é fundamental dentro de uma organização que seus problemas de gestão sejam detectados visando buscar soluções viáveis com as bases da Análise das Demonstrações Contábeis, demonstrando que a Contabilidade é uma importante ferramenta ao tratar-se de informações auxiliares aos gestores diante dos mais diversos assuntos da empresa, e assim ressaltando a análise das informações contábeis, econômicas e financeiras como um importante instrumento auxiliar para que essas informações sejam utilizadas da maneira adequada e de fácil compreensão aos administrados. Conforme Matarazzo (2010, p. 21):

A Análise de Balanços, para os administradores da empresa, é um instrumento complementar para a tomada de decisões. Ela será utilizada como auxiliar na formulação de estratégia da empresa, e tanto pode fornecer subsídios úteis como informações fundamentais sobre a rentabilidade e a liquidez da empresa hoje e em comparação com as dos balanços orçados.

Portanto a Análise das Demonstrações Contábeis expressa resultados aos quais as empresas necessitam para obter dados específicos que auxiliem seus gestores, onde dados de exercícios passados podem ser analisados, comparados e interpretados a valores atuais, possibilitando a identificação dos pontos negativos, para que assim ocorra um planejamento empresarial que os reverta em aspectos positivos para a organização.

Assim a análise da gestão de uma empresa através de indicadores financeiros tem como finalidade demonstrar se seus gestores estão desempenhando suas funções com competência e responsabilidade.

## 1.2 QUESTÃO DE PESQUISA

Com base na delimitação do tema de proposto, a questão de pesquisa para o estudo é: *De que forma a Análise das Demonstrações Contábeis, através do estudo de seus índices, fornece informações úteis que possam auxiliar os gestores na tomada de decisão para melhorias futuras?*

A definição de tal questão ser objeto de pesquisa ao longo do estudo proposto, leva em consideração inúmeros fatores. No atual cenário competitivo em que se encontram as empresas é extremamente importante que as mesmas possuam uma estrutura organizacional sólida que as auxiliem na tomada de decisões. Sendo assim, é relevante que os problemas de gestão sejam detectados e que um bom planejamento empresarial seja efetuado para que se possam implantar como base de melhorias e reparos dos mesmos, as bases do instrumento contábil dito como Análise Financeira mais conhecida como Análise das Demonstrações Contábeis ou Análise de Balanço. Para Schier (2005, p. 9):

Os empresários começam a sentir a necessidade de se organizarem, a elaborar um fluxo de informações consistentes e agilizar o processo de tomada de decisões, além de buscar alternativas de controle e racionalização dos custos de operação.

É extremamente importante que os gestores tenham conhecimento da Contabilidade como importante instrumento auxiliar na tomada de decisões, principalmente quando segue os conceitos e bases da análise financeira, especialmente quando falamos em pequenas e médias empresas que estão em fase de adequação à nova realidade mercadológica.

### 1.3 OBJETIVOS

#### *1.3.1 Objetivo geral*

Demonstrar que a Análise das Demonstrações Contábeis através do cálculo e estudo adequado de seus índices é um instrumento eficaz para gerar informações que auxiliem gestores diante da tomada de decisão e assim contribuir para melhorias em exercícios futuros da empresa selecionada para este estudo, do setor vinícola de Flores da Cunha, Terrasul Vinhos Finos Ltda.

#### *1.3.2 Objetivos específicos*

- Elaborar um levantamento bibliográfico diante da Análise das Demonstrações Contábeis;
- Mostrar a utilização da Análise das Demonstrações Contábeis como ferramenta auxiliar aos gestores das organizações para a tomada de decisões;
- Demonstrar os principais índices conforme tratados na literatura utilizados para gerar informações para a tomada de decisão;
- Aplicar de modo prático o estudo teórico desenvolvido diante das informações contábeis da empresa Terrasul Vinhos Finos Ltda.

### 1.4 METODOLOGIA

O método de pesquisa a ser utilizado neste trabalho será a pesquisa bibliográfica, aonde, através de levantamentos dos assuntos relacionados, provenientes de autores importantes ao meio contábil e que tenham destaque em obras que tragam referência a Análise das Demonstrações Contábeis como

ferramenta importante ligada à gestão e a tomada de decisões das empresas. Assim, através do método de pesquisa escolhido é possível agregar ideias com os mais diversos enfoques acerca do tema proposto, pois se tratam de fontes diferentes.

Portanto será possível evidenciar e analisar a forma com que os índices provenientes da Análise das Demonstrações Contábeis, através da análise dessas informações, refletem em auxílio aos gestores no momento da tomada de decisões dentro das organizações.

Em relação à pesquisa bibliográfica Koche (2010, p.122) nos diz:

Na pesquisa bibliográfica o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar a compreender ou explicar o problema objeto da investigação. O objetivo da pesquisa bibliográfica, portanto, é o de conhecer e analisar as principais contribuições teóricas existentes sobre um determinado tema ou problema, tornando-se um instrumento indispensável para qualquer tipo de pesquisa.

E ainda para Marconi e Lakatos (2009, p. 43) “A pesquisa bibliográfica se trata de toda bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita, que permita ao pesquisador um reforço na manipulação de suas informações.”

Após, será feito um estudo de caso utilizando as demonstrações contábeis da empresa do setor vinícola de Flores da Cunha – RS, Terrasul Vinhos Finos Ltda.

Segundo Yin (2002), um dos motivos para que se escolha um estudo de caso é pelo fato do pesquisador não possuir controle sobre os eventos que estão sendo analisados e quando o foco do estudo é um assunto atual inserido no contexto do cotidiano, ou seja, da vida real. E ainda coloca que um estudo de caso contribui de maneira inigualável para a compreensão dos fenômenos, sejam eles, individuais, organizacionais, sociais ou políticos. Assim Yin (2002, p. 21) cita:

[...] a clara necessidade pelos estudos de caso surge do desejo de se compreender fenômenos sociais complexos. Em resumo, o estudo de caso permite uma investigação para se preservar características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas, relações internacionais e a maturação de alguns setores.

Diante das definições dos autores citados entende-se que as metodologias adotadas são as adequadas perante a definição de trabalho proposto.

Estabelecido o método de pesquisa a ser utilizado na elaboração deste trabalho, são definidos os recursos para suprir o método escolhido e estão elencados a seguir:

- Levantamento bibliográfico de obras, tais como livros e materiais que relacionem assuntos sobre a Análise das Demonstrações Contábeis, os índices e quocientes mais utilizados, a gestão e a tomada de decisão das empresas.
- Pesquisa junto à biblioteca central da UCS para verificar a existência de pesquisas monográficas que tratam sobre o tema a ser pesquisado.
- Pesquisa através da internet, de obras que tratem desse tema.
- Elaboração de planilhas eletrônicas, (Excel), facilitando os cálculos aplicados no estudo de caso.

#### 1.5 ESTRUTURA DO ESTUDO

No primeiro capítulo serão introduzidas noções da importância da questão de pesquisa que motivou a escolha do tema proposto, evidenciando os objetivos pretendidos pela pesquisa; além de demonstrar a metodologia utilizada para realização do trabalho bem como a estrutura do tema que será desenvolvido ao longo da pesquisa.

No segundo capítulo será demonstrada a importância da Análise das Demonstrações Contábeis, seus objetivos, vantagens, finalidades e histórico, demonstrando também seus principais índices utilizados pelos analistas para gerar informações importantes que se tornem ferramentas para os gestores na tomada de decisões.

No terceiro capítulo serão aprofundados os estudos dos índices descritos no terceiro capítulo, como: endividamento ou estrutura de capitais, liquidez, rentabilidade e rotatividade.

No quarto capítulo será efetuado o estudo de caso proposto na metodologia do trabalho para que assim se coloque em prática o estudo dos índices propostos, verificando e analisando os exercícios da empresa e sugerindo melhorias para exercícios futuros.

## 2 A ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 HISTÓRICO - O SURGIMENTO DA ANÁLISE

A Contabilidade é uma Ciência muito antiga que teve seu crescimento à medida que a humanidade foi se desenvolvendo sendo um importante instrumento para a tomada de decisões dentro e fora das empresas, assim é comum que se trate do surgimento da Análise das Demonstrações Contábeis com o surgimento da Contabilidade, demonstrando que a mesma é tão antiga quanto à própria Ciência.

Para tratar do surgimento da Análise das Demonstrações Contábeis deve-se começar com a necessidade que os homens possuíam no ano aproximado de 4000 a.C. (início provável da Contabilidade) quando a principal atividade econômica era o pastoreio gerando a preocupação com o inventário dos rebanhos e a variação da riqueza, ou seja, a variação do rebanho. Assim ao existir a comparação entre dois inventários em diferentes momentos pode-se verificar um indício de que a análise possa ser tão antiga quanto a Contabilidade.

Porém para constatar o surgimento da análise de uma maneira mais sólida, se utilizara informações do século XIX quando banqueiros americanos começam a solicitar as demonstrações contábeis, naquela época praticamente o Balanço, às empresas que desejassem contrair empréstimos em instituições financeiras. Conforme cita Marion (2002, p. 21): “E por se exigir, de início, apenas o Balanço para a Análise é que se introduz a expressão *Análise de Balanços*, que perdura até nossos dias”. Com crescente conhecimento contábil a exigência de outros documentos começaram a surgir para que as empresas pudessem obter a concessão de crédito, como por exemplo: a Demonstração do Resultado do Exercício, que era conhecida como Balanço de Resultado e o Fluxo de Caixa, chamado como Balanço Financeiro, ou seja, toda documentação era conhecida como Balanço.

Quando os Bancos Governamentais começaram a demonstrar interesse na situação econômico-financeira das empresas que buscavam empréstimos, o desenvolvimento da Análise das Demonstrações Contábeis, mais conhecida naquele momento como Análise das Demonstrações Financeiras foi ainda maior, tendo um contínuo crescimento em sua importância quando as empresas tiveram a abertura de seu capital, levando investidores à escolha de empresas bem-sucedidas

analisando as mesmas a partir das suas demonstrações contábeis, sendo ferramenta de relevante utilidade para a tomada de decisões diante de investimentos a serem realizados.

No ano de 1919 o então considerado pai da Análise de Balanços, Alexander Wall apresentou um modelo através do estudo de índices demonstrando a necessidade em se relacionar o Ativo Circulante contra o Passivo Circulante. Em 1931 os índices-padrão começaram a ser divulgados em diversos ramos de atividades dos Estados Unidos. Nesse mesmo período conforme Matarazzo (2010, p. 10): “[...] surgiu dentro da empresa *Du Pont*, de Nemours, um modelo de análise da rentabilidade de empresa que decompunha a taxa de retorno em taxas de margem de lucro e giro dos negócios, chamado análise ROI (*Return on Investment*)”. No Brasil a Análise das Demonstrações Contábeis passou a ser mais fortemente utilizada a partir da década de 70 do século XX.

O desenvolvimento constante das empresas criou a necessidade da informação contábil a partir da análise conforme verifica-se no breve histórico citado por Marion (2002, p.21):

As operações a prazo de compra e venda de mercadorias entre as empresas, os próprios gerentes (embora com enfoques diferentes em relação aos outros interessados), na avaliação da eficiência administrativa e na preocupação do desempenho de seus concorrentes, os funcionários, na expectativa de identificarem melhor a situação econômico-financeira, vêm consolidar a necessidade imperiosa da Análise das Demonstrações Contábeis.

## 2.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Conforme consta na NBC T 19.41, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.255-09, as demonstrações contábeis representam a posição patrimonial e financeira das empresas através do Balanço Patrimonial (BP), apresentam o desempenho empresarial através da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração dos Fluxos de Caixa das empresas. Pode-se citar ainda dentro da NBC T 19.41 em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a utilização da Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) ou Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL).

As Demonstrações Contábeis, também conhecidas como Demonstrações Financeiras, fornecem valiosas informações sobre a situação financeira e patrimonial das empresas, sendo útil sua interpretação para os mais diversos usuários no momento da tomada de decisões.

[...]. Têm, portanto, por objetivo, revelar, a todas as pessoas interessadas, as informações sobre o patrimônio e os resultados da empresa, a fim de possibilitar o conhecimento e a análise de sua situação patrimonial, econômica e financeira. (BRAGA, 2009, p. 65)

Para Braga (2009) as demonstrações contábeis devem ser preparadas e apresentadas para usuários externos de uma maneira geral visando suas finalidades distintas e necessidades diversas. Se o foco for elaborar demonstrações que forneçam informações úteis na tomada de decisões e avaliações para usuários em geral sem atender a finalidades e necessidades específicas, uma vez que a maioria as utiliza para tomada de decisões econômicas, as demonstrações devem ser elaboradas segundo a Estrutura Conceitual.

### *2.2.1 Balanço patrimonial (BP)*

Para a NBC T 19.41 o Balanço Patrimonial da entidade é a relação de seus ativos, passivos e patrimônio líquido em uma data específica. Conforme Matarazzo (2010) o balanço patrimonial apresenta todos os bens e direitos da empresa, denominado Ativo, bem como suas obrigações, dito Passivo, em um determinado período de tempo, em geral, um exercício social, verificando ainda a diferença entre os mesmos, apresentada como Patrimônio Líquido, remetendo a ideia de quanto capital foi investido na empresa, seja de um recurso externo ou refletindo suas operações de ganho interno. O BP é a mais importante demonstração contábil onde se visualiza o equilíbrio do patrimônio, a igualdade patrimonial, devendo ser elaborado com precisão para obter dados que espelhem a realidade da empresa obedecendo sempre os princípios contábeis.

O Balanço Patrimonial compreende diversos grupos aonde as contas são agregadas com o intuito de facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da empresa. Conforme Braga (2009) as contas do Ativo são dispostas em

ordem decrescente de realização ou conversibilidade (grau de liquidez) e as contas do Passivo e Patrimônio Líquido em ordem decrescente de exigibilidade.

### *2.2.2 Demonstração do resultado do exercício (DRE)*

Segundo Iudícibus (2010) a Demonstração do Resultado do Exercício é um resumo ordenado das receitas e despesas, sendo apresentada de forma dedutiva, apresentando os aumentos e as reduções causadas no Patrimônio Líquido através das operações da empresa em um determinado período de tempo. Assim, a partir das receitas subtraem-se as despesas para que se possa assim indicar o resultado, lucro ou prejuízo.

Segundo a NBC T 19.41 se a empresa não possuir nenhum item de outro resultado abrangente durante o período em que as demonstrações foram apresentadas, apenas a DRE precisa ser demonstrada, caso contrário a Demonstração do Resultado Abrangente deve ser elaborada em complemento a DRE.

Por se tratar de uma demonstração que retrata apenas o fluxo econômico é uma importante ferramenta de análise para gerar informações para a tomada de decisões, pois segundo Matarazzo (2003) todas as receitas e despesas estarão no DRE ordenadas por sua natureza, o que contribuirá de maneira significativa com informações sobre a empresa.

Como apresenta os grupos de despesas de maneira evidente, fica fácil identificar em qual grupo está à maior concentração de despesas e custos. Para Matarazzo (2010, p.30): “Para a Demonstração do Resultado não importa se uma receita ou despesa tem reflexos em dinheiro, basta apenas que afete o Patrimônio Líquido.”

#### *2.2.2.1 Demonstração do Resultado Abrangente*

Segundo a NBC T 19.41 a Demonstração do Resultado Abrangente inicia com o resultado do período obtido no DRE, e evidencia as contas que apresentam valores como: efeitos de correção de erros e mudanças políticas contábeis são apresentados como ajustes retrospectivos de períodos anteriores ao invés de como parte do resultado do período em que surgiram, alguns ganhos e perdas

provenientes da conversão de demonstrações contábeis de operação no exterior, alguns ganhos e perdas atuariais e algumas mudanças nos valores justos de instrumentos de *hedge*, etc.

### *2.2.3 Demonstração de lucros ou prejuízos acumulados (DLPA)*

A Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados evidencia qual a destinação, ou seja, para onde o Lucro Líquido foi canalizado, se é para os proprietários no formato de distribuição de lucros de dividendos ou se os mesmos ficaram retidos dentro da empresa.

Conforme a NBC T 19.41 a DLPA apresenta: “[...] o resultado da entidade e as alterações nos lucros ou prejuízos acumulados para o período de divulgação”. Sendo utilizada no lugar da demonstração do resultado abrangente e da DMPL caso as únicas alterações no PL durante o período apresentado derivem do resultado, de pagamento de dividendos ou de outra forma de distribuição de lucro, correção de erros referente a períodos anteriores, e de mudanças de políticas contábeis.

Conforme Sá cita (1981, p.13): “Para fins de análise esta demonstrações contábil tem por objetivo oferecer subsídios ao estudo do comportamento das acumulações e destinos dos resultados.”

Conforme Assaf (2010) a DLPA demonstra o lucro líquido apurado no DRE evidenciando qual a sua destinação, promovendo a integração entre o BP e a DRE.

Marion (2002) destaca que o ideal seria a substituição da DLPA pela Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido por apresentar maior riqueza nas informações.

### *2.2.4 Demonstração das mutações do patrimônio líquido (DMPL)*

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido evidencia toda e qualquer variação de todas as contas pertencentes ao Patrimônio Líquido, sendo muito mais útil e informativa. Conforme Ludícibus (2010, p. 51): “[...] a DMPL é muito mais completa e abrangente que a DLPA. É consideravelmente relevante para as empresas que movimentam constantemente as contas do Patrimônio Líquido.”

Se elaborada a DMPL, não existe necessidade de se apresentar a DLPA, pois ela está embutida dentro da DMPL.

### 2.2.5 Demonstrações dos fluxos de caixa (DFC)

A Demonstração do Fluxo de Caixa segundo Matarazzo (2010, p.33): “[...] mostra as fontes e aplicações verificadas durante o exercício e que resultam afinal na variação do saldo de caixa.”

Demonstra os números apresentados no BP e no DRE em termos de movimentação financeira, representados monetariamente e identificando os recursos adicionais que a empresa utilizou e onde os aplicou.

### 2.2.6 Notas explicativas

Para Assaf (2010) as Notas Explicativas são o complemento das demonstrações contábeis. Visa esclarecer informações importantes que não podem ser detalhadas nas demonstrações contábeis elaboradas.

São citadas na Lei das Sociedades por Ações que nos diz que: “as Demonstrações serão complementadas por Notas Explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício”.

## 2.3 CONCEITO

A Análise das Demonstrações Contábeis extrai informações financeiras das empresas a partir de demonstrações apuradas pelas mesmas. Sá (1981, p.11) diz: “Analisar um balanço e as demonstrações contábeis é estudar cada parte de tais sistemas, decompondo, estabelecendo relações, para que se possam formar juízos parciais e globais sobre patrimônio e resultados.”

Para Iudícibus (2010, p.5), a Análise de Balanço é definida como:

[...] a arte de saber extrair relações úteis, para o objetivo econômico que tivermos em mente, dos relatórios contábeis tradicionais e de suas extensões e detalhamentos, se for o caso”. Consideramos que a análise de balanços é uma arte, pois embora existam alguns cálculos razoavelmente formalizados, não existe forma científica ou metodologicamente comprovada de relacionar os índices de maneira a obter um diagnóstico preciso.

Considerada uma técnica contábil necessária para a interpretação das demonstrações contábeis que por serem consideradas sintéticas não oferecem informações sobre o estado patrimonial da empresa e das suas variações. Portanto segundo Franco (1992, p. 93): “Analisar uma demonstração é decompô-la nas partes que a formam para melhor interpretação de seus componentes.”

A análise só está completa quando se possui a precisa interpretação dos elementos em questão, sendo decorrente da comparação entre os componentes do conjunto ao qual fazem parte, pois analisar por si só, não é suficiente. É importante que se decomponha todas as partes analisadas para que se possa compará-las entre si, buscando a relação, a interpretação e a eficiência de cada elemento analisado no conjunto. Para Franco (1992, p. 94):

Além da análise e interpretação do balanço patrimonial (situação estática do patrimônio) e da demonstração do resultado do exercício (dinâmica patrimonial), a chamada *análise de balanço* pode também determinar, através do exame de balanços projetados, a potencialidade e as perspectivas para a empresa no futuro.

Para Silva (2007, p. 4) a análise pode ser definida como:

[...] é uma técnica que consiste na coleta de dados constantes nas respectivas demonstrações, com vistas à apuração de indicadores que permitem avaliar a capacidade de solvência (situação financeira), conhecer a estrutura patrimonial (situação patrimonial) e descobrir a potencialidade da entidade em gerar bons resultados (situação econômica).

Cada empresa tem suas particularidades, a análise parte de considerações gerais, porém é importante que exista cautela em se considerar qual o ramo de atividade, a dimensão, as condições de giro, o processo de formação do resultado, condições legais e as condições econômicas da empresa que será analisada.

## 2.4 OBJETIVO E IMPORTÂNCIA

Matarazzo (2003) evidencia que o objetivo é extrair informações das demonstrações financeiras para a tomada de decisões. São fornecidos dados sobre a empresa que serão transformados em informações que só são eficientes a partir do número de informações que poderão gerar para serem interpretadas.

Iudícibus (2010, p.92) diz: “A finalidade da análise é, mais do que retratar o que aconteceu no passado, fornecer algumas bases para inferir o que poderá acontecer no futuro”.

Segundo Assaf (2010, p. 35) o objetivo da análise pode ser definido como:

A análise de balanços visa relatar, com base nas informações contábeis fornecidas pelas empresas, a posição econômico-financeira atual, as causas que determinam a evolução apresentada e as tendências futuras. Em outras palavras, pela análise de balanços extraem-se informações sobre a posição passada, presente e futura (projetada) de uma empresa.

E ainda conforme Braga (2009, p. 141):

[...] análise contábil, análise financeira, análise econômico-financeira, análise de balanços etc. -, a análise das demonstrações contábeis tem por objetivo observar e confrontar os elementos patrimoniais e os resultados das operações, visando ao conhecimento minucioso de sua composição qualitativa e de sua expressão quantitativa, de modo a revelar os fatores antecedentes e determinantes da situação atual e, também, a servir de ponto de partida para delinear o comportamento futuro da empresa.

Para Franco (1992, p.96) a importância da análise:

A importância da análise das demonstrações contábeis está na própria identificação de aspectos científicos na Contabilidade. Como ciência é o conhecimento certo pelas causas, e como não há possibilidade de se determinarem as causas das variações patrimoniais sem analisar a origem e as mutações dos elementos que compõem o patrimônio, a análise de balanços constitui uma das formas de se identificarem aspectos científicos na Contabilidade, pela relação de causas e efeitos.

Portanto, os dados extraídos das demonstrações contábeis fornecidas pela Contabilidade são muito importantes para que o objetivo da análise tenha sucesso pleno, transformando números antes com pouca interpretação em informação necessária para o conhecimento dos usuários e relevante diante da tomada de decisão.

## 2.5 USUÁRIOS DA ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Os resultados obtidos através da Análise das Demonstrações Contábeis se destinam a usuários internos, principalmente como instrumento de decisões e externos, pessoas físicas ou jurídicas que possuam algum tipo de relacionamento com a empresa, geralmente para obtenção de financiamentos e investimentos. O que os diferencia, portanto, são que possuem diferentes objetivos a serem alcançados através dessas informações, cada usuário procurará detalhes específicos que lhe convêm melhor obtendo conclusões próprias e específicas, que geralmente nunca serão iguais umas das outras.

Seguem os principais usuários dessas informações cada qual com a sua finalidade e objetivos específicos:

- Fornecedores: estão voltados para a capacidade de pagamento da empresa, ou seja, sua liquidez, porém buscam ainda dados sobre a rentabilidade e o endividamento além de outras informações consideradas importantes para a concessão do crédito. Para Matarazzo (2010, p.16): “A profundidade da análise do fornecedor depende da importância do cliente.”

- Clientes: geralmente as empresas compradoras analisam seus fornecedores quando possuem uma forte dependência no fornecimento ou o mercado oferece um número pequeno de fornecedores. Para Matarazzo (2010, p.17): “Em geral ocorre análise por parte do comprador quando depende de fornecedores que não possuam o mesmo porte dele ou que possam de alguma forma oferecer riscos.”

- Bancos: bancos comerciais e de investimento são os principais usuários da análise, segundo Assaf (2010, p.40): “[...] sabe-se que o processo de avaliação de empresas foi desenvolvido, em grande parte, no sistema bancário americano, o qual procurava relacionar o risco das diversas empresas com suas solicitações de empréstimos.” Buscam a posição de curto e longo prazo em relação endividamento, solvência, rentabilidade, entre outros. Para Matarazzo (2010, p.18): “Os bancos sabem que o grau de endividamento é forte indicador de insolvência.”

- Concorrentes: é fundamental comparar a sua situação econômico-financeira com a de seus concorrentes, possibilitando a construção de índices-padrão importantes para a auto-avaliação da empresa comparando também sua liquidez e rentabilidade.

- Governo: necessidade de conhecer a posição financeira dos diferentes ramos e setores de atividades para traçar a situação econômica do país. Também é muito utilizado para concorrência aberta acompanhando as empresas vencedoras ao longo dos trabalhos desenvolvidos verificando a capacidade em continuar fornecendo os trabalhos aos quais se candidatou.

- Administradores: é um instrumento complementar, acompanhando e avaliando as decisões financeiras tomadas pela empresa, conseguindo verificar os resultados obtidos diante das suas políticas de investimento e financiamento. Para Matarazzo (2010, p.21): “A Análise de Balanços pode servir de guia para os dirigentes”.

A análise é valiosa, pois proporciona aos seus usuários informações para que possam avaliar a situação e a solidez das empresas e baseado nisso possam tomar suas decisões.

## 2.6 A ANÁLISE PARA AS DECISÕES EMPRESARIAIS

Conforme Peleias (2002), ao realizar a gestão eficaz de seus resultados de forma contínua, a empresa assegura sua sobrevivência como sistema econômico, além de garantir sua continuidade e crescimento. Assim, a sobrevivência de uma empresa depende da capacidade de a organização adaptar-se ao meio ambiente em que atua, ao importar energia e transformá-la em produtos e serviços que proporcionem meios para novas entradas.

As necessidades para que um modelo de gestão seja eficaz se renova conforme o ambiente em que a empresa está inserida. Schier (2005, p. 9) cita o desenvolvimento que criou a necessidade dessa adaptação das empresas:

A necessidade de organização e utilização de modelos de gestão por parte das empresas é decorrente de alguns fenômenos ocorridos de forma muito dinâmica, aonde como principais podemos elencar: o advento da globalização, abertura de mercado interno para produtos importados, avanços tecnológicos, diminuição da margem de lucro e fim da ciranda financeira, com a estabilização econômica experimentada pelo Brasil ao longo dos últimos anos. Todos esses fenômenos em conjunto com uma administração de negócios, às vezes familiar e não tão profissional quanto deveria ser, evidenciam a necessidade de adaptação das médias e pequenas empresas a nova realidade mercadológica, sob pena de que, se não forem tomadas medidas corretivas e preventivas por parte destas, haverá fatalmente perda de competitividade e tendências de desaparecimento do mercado para quem não de adequar a tais exigências.

Visando atingir esses objetivos segundo Schmidt (2002) devem reconhecer que a Contabilidade é um instrumento gerencial importante diante da gestão eficaz de uma empresa. O processo de gestão visa garantir que as decisões dos gestores contribuam para aperfeiçoar o desempenho da organização. Aqui são contempladas as etapas de planejamento estratégico e operacional, execução e controle, desenvolvidos de acordo com o modelo de gestão da empresa.

Atualmente as necessidades em relação a gestão empresarial, já não se limitam somente em se estar presente dentro da empresa resolvendo pequenos problemas que surgem ao longo do cotidiano empresarial. O melhor modelo de gestão empresarial exige que o seu gestor esteja conectado com cada acontecimento da empresa, tendo uma visão generalizada da mesma, aonde as decisões tomadas conduzam a empresa aos resultados efetivamente planejados, assegurando assim a continuidade da organização.

Para Sá (1981, p.18): “As responsabilidades são muito grandes, exigindo bases concretas para que se tomem diretrizes seguras, a análise de balanços, demonstrações e peças contábeis é decisiva para efeitos gerenciais e amplo é o seu uso.”

Para se ter um bom processo de gestão aonde se possa proporcionar à empresa a eficácia organizacional é necessário que se tenha informações oportunas, corretas e confiáveis, com periodicidade necessária ao auxílio da tomada de decisão por parte dos gestores da empresa.

A partir dos resultados da Análise das Demonstrações Contábeis de uma empresa, pode-se diante dos dados coletados e dos índices calculados, interpretá-los e revertê-los em prol de melhorias da empresa. Aonde Silva (2008, p. 225) diz:

Os índices financeiros são relações entre contas ou grupos de contas das demonstrações contábeis, que têm por objetivo fornecer-nos informações que não são fáceis de serem visualizadas de forma direta nas demonstrações contábeis.

Porém, para que se possam converter esses dados em informações é necessário interpretá-los de maneira correta transformando números em demonstrativos fáceis de ser interpretados pelos usuários. Conforme Franco (1992,

p.94): “Analisar, portanto, não é suficiente, sem que a análise seja completada com a precisa interpretação dos elementos analisados. Essa interpretação decorre da comparação entre os componentes de que fazem parte.”

Portanto para que os números se tornem informações, é necessário que se comece a avaliar os índices provenientes da análise das demonstrações contábeis, destacando os principais e o que cada um remeterá de fonte válida dentro da organização.

Conforme define Ludícibus (2010, p. 93):

[...] como todos os quocientes ou grupos de quocientes, perdem em significação se não forem analisados em conjunto com outros grupos. No caso específico, os quocientes de rentabilidade e de atividade têm, ao longo dos anos, um efeito muito grande sobre os de liquidez. Já no que se refere à posição de endividamento, muitas vezes ela é o foco inicial de uma boa ou má situação de rentabilidade futura. Na verdade, liquidez e rentabilidade integram uma sobre a outra, levando a uma determinada configuração empresarial.

Para Silva (2008) um administrador precisa avaliar os resultados da sua gestão, portanto a análise financeira é uma ferramenta que possibilita visão abrangente e detalhada dos resultados alcançados, proporcionando internamente controle de resultados e se caso necessário modificar tendências na vida da empresa, caso esses administradores sejam os proprietários da empresa eles podem efetuar uma auto-avaliação.

A gestão e o controle estratégico da empresa pode combinar os indicadores financeiros com outros indicadores. A análise com base nas demonstrações contábeis avalia o passado. Internamente, a empresa precisa também (e principalmente) estar voltada para o futuro [...] (SILVA, 2008, p. 27).

Assim, os dados contábeis são transformados em valiosas informações, apontando aos gestores os pontos fortes e fracos da organização. E com base nesses dados, o administrador tem mais segurança no momento da tomada de decisões, considerando que elas sempre provocam mudanças, sejam elas positivas ou negativas.

## 2.7 O ANALISTA CONTÁBIL

O analista contábil é o profissional responsável pelos trabalhos de análise das demonstrações contábeis, sendo que para tal qualificação é necessário ser uma pessoa de caráter firme, moral irrepreensível e competência indiscutível, pois é através da apresentação de seus relatórios que os interessados – empresários, banqueiros, acionistas, administradores – se dão conta do trabalho realizado e das informações que pode obter. Sá (1981, p.15): “O analista precisa, em primeiro lugar, saber para que, por que e para quem se destina o trabalho.”

Os relatórios de análise, portanto, devem ser elaborados de forma clara e sucinta, de acordo com os objetivos traçados, evitando-se o uso de palavras e expressões rebuscadas, visando sempre ao melhor entendimento por parte da pessoa a quem eles se dirigem (BRAGA, 2009, p. 144).

Para Matarazzo (2003) o analista precisa transformar as demonstrações em informações que permitam concluir se a empresa merece ou não crédito, se vem sendo bem ou mal administrada, se tem ou não condições de pagar as suas dívidas, se é ou não lucrativa, se vem evoluindo ou regredindo se é eficiente ou ineficiente, se irá falir ou se continuará operando, contendo considerações finais que nas mãos dos administradores, por exemplo, podem fazer toda a diferença para a melhoria futura dentro das organizações.

Para Ludícibus (2010, p.92): “O uso de quocientes tem como finalidade principal permitir ao analista extrair tendências e comparar os quocientes com padrões preestabelecidos”.

## 2.8 MÉTODOS DE ANÁLISE

São encontrados diversos métodos para efetuar o exame analítico das demonstrações contábeis, que segundo a sua finalidade terão maior ou menor ênfase, sempre seguindo os objetivos determinados pelo analista.

### *2.8.1 Método das diferenças absolutas*

Segundo Braga (2009) este método consiste em comparar duas situações, verificando a diferença absoluta dos valores monetários de uma mesma conta ou de um mesmo grupo, de uma data para outra, portanto essas diferenças são os valores absolutos.

Este método é útil na análise de usos e fontes, sendo que é possível verificar os montantes líquidos dos recursos obtidos e aplicados entre duas datas, ou seja, a posição financeira no Balanço Patrimonial.

### *2.8.2 Método de percentagens horizontais*

Para Braga (2009) através de duas demonstrações com datas ou períodos diferentes este método determina a tendência dos valores absolutos ou relativos das grandezas monetárias apurando o percentual de crescimento ou declínio dos valores de uma mesma conta ou de um mesmo grupo de contas, é necessário fixar uma demonstração-padrão, que será a base para as comparações, aonde o qual será atribuído o percentual de 100%. Os valores das contas ou grupos das demonstrações analisadas em períodos posteriores serão relacionados com aqueles correspondentes à demonstração-padrão estabelecendo o aumento ou a redução em cada conta verificada.

### *2.8.3 Método de percentagens verticais*

Segundo Braga (2009) este método relaciona os valores das contas de cada grupo com o montante do respectivo grupo, bem como o montante de cada grupo com o total – do ativo ou do passivo do Balanço Patrimonial; de cada componente dos custos, das receitas e despesas em relação a ROL quando for analisado o DRE. Assim, pode-se verificar a composição percentual de cada conta ou grupo de todos os elementos patrimoniais e de resultado.

A apuração é feita individualmente e assim os percentuais obtidos serão comparados entre si evidenciando as modificações em cada um dos elementos ao longo do período analisado utilizando dados relativos (percentual).

#### 2.8.4 Método de índices

Verifica o comportamento da empresa através de comparações, estabelecendo uma conexão entre duas ou mais quantidades monetárias ou físicas. Para Braga (2009, p.155): “Permite evidenciar relações importantes, principalmente quando se aplica à comparação entre várias demonstrações da mesma empresa – de três a cinco anos consecutivas”.

Para Matarazzo (2010, p.81): “Um índice é como uma vela acesa em um quarto escuro.”

É importante que entre as contas e os grupos das demonstrações financeiras possa-se evidenciar a situação econômica e financeira da empresa, portanto esse é o papel principal dos índices, fornecerem aos usuários qual a situação econômica e financeira da empresa, servindo até mesmo como um alerta através de constatações negativas que possam gerar melhorias futuras na empresa.

Para uma conclusão eficiente através dos índices, é analisada a situação financeira separadamente da situação econômica. Os índices que refletem a situação econômica são os índices de rentabilidade e os índices que verificam a situação financeira são os índices de estrutura de capital e índices de liquidez, estudados com maior ênfase no capítulo seguinte deste estudo.

### 3 ÍNDICES

#### 3.1 ÍNDICES DE ESTRUTURA DE CAPITALIS

##### 3.1.1 *Conceito*

Capitais de terceiros e capitais próprios são fontes de recursos para a empresa e são diretamente aplicados no Ativo, dito aplicação de recursos. Os índices de estrutura de capital, também conhecidos como índices de endividamento retratam a posição relativa do capital próprio em relação ao capital de terceiros ou aos capitais totais.

São muito importantes, pois estabelecem o grau de dependência da empresa em relação ao capital de terceiros demonstrando a posição financeira da empresa e assim quanto maior for essa relação menor será a liberdade de decisões financeiras. Para Matarazzo (2010, p.87): “Os índices desse grupo mostram as grandes linhas de decisões financeiras, em termos de obtenção e aplicação de recursos”.

$$\text{Dependência Financeira} = \frac{\text{PC} + \text{P\~{N}C}}{\text{AT}}$$

Se analisado com ênfase na obtenção de lucro, pode ser vantajoso trabalhar com o capital de terceiros caso o valor pago seja menor que o lucro conseguido com a sua aplicação nos negócios.

Esses índices têm a finalidade de gerar, portanto informações que contribuam dentro da empresa conforme define Silva (2007, p. 109):

Para uso interno da empresa, os indicadores de endividamento sinalizam o grau de risco acarretado pelos financiamentos. A administração financeira também se preocupa com os níveis de endividamento porque bancos, fornecedores, clientes e concorrentes também avaliam a solidez financeira da empresa com base nesses indicadores.

A estrutura de capitais é composta pelo Passivo e pelo Patrimônio Líquido do balanço patrimonial de uma empresa. Analisando a estrutura do endividamento, além do conhecimento sobre as contas que a compõe, sabera-se o prazo a que foram financiadas, sendo caracterizadas de curto prazo e longo prazo.

#### 3.1.1.1 Passivo

É um dos componentes do balanço patrimonial e evidencia toda a obrigação que a empresa tem perante terceiros, é uma obrigação exigível, ou seja, no momento em que a dívida vencer será exigida a sua liquidação. Sua apresentação é em ordem decrescente de exigibilidades sendo destacadas em ordem de prioridade as contas que devem ser pagas mais rapidamente. Segundo a NBC T 19.41 o Passivo é: “[...] uma obrigação atual da entidade como resultado de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera resulte na saída de recursos econômicos”.

Conforme Ludícibus (2010, p.36): “O Passivo agrupa contas de acordo com o seu vencimento, isto é, aquelas contas que serão liquidadas mais rapidamente integram um primeiro grupo. Aquelas que serão pagas num prazo mais longo formam outro grupo”, originando o Passivo Circulante e o Passivo Não-Circulante.

##### 3.1.1.1.1 Passivo Circulante

O Passivo Circulante é formado por obrigações a curto prazo, ou seja, pagas dentro de um ano ou um exercício social da empresa. As principais contas são: obrigações com fornecedores, financeiras, fiscais, trabalhistas, provisões, além de outras obrigações caracterizadas a curto prazo.

##### 3.1.1.1.2 Passivo Não-Circulante

O Passivo Não-Circulante é formado pelas dívidas que serão liquidadas com prazo superior a um ano. As principais contas são: financiamentos, empréstimos, debêntures de longo prazo, tributos, além de outras contas de longo prazo.

### 3.1.1.2 Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os seus passivos, indicando o volume dos recursos próprios da empresa, pertencente a seus sócios e acionistas.

O Patrimônio Líquido para Assaf (2010, p.48): “Identifica os recursos próprios da empresa, sendo formado pelo capital investido pelos acionistas (ou sócios), mais os lucros gerados nos exercícios e que foram retidos na empresa (lucros não distribuídos)”. É constituído por: Capital Social, Reservas de Capital, Ajustes de Avaliação Patrimonial, Reservas de Lucros, Ações em Tesouraria e Prejuízos Acumulados.

A NBC T 19.41 define o PL como: “[...] o valor residual dos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos”.

### 3.1.2 Principais Índices de endividamento

#### 3.1.2.1 Composição do Endividamento (CE)

Este índice traça um perfil da dívida que a empresa possui no curto prazo em relação à dívida total, verificando a necessidade de se gerarem recursos em curto prazo para que se possam pagar as obrigações dentro do prazo estabelecido.

Segue a fórmula para o cálculo da composição de endividamento:

$$CE = \frac{PC}{PC + P\tilde{N}C}$$

Matarazzo (2010, p.90) diz:

Uma coisa é ter dívidas de curto prazo que precisam ser pagas com os recursos possuídos hoje, mais aqueles gerados a curto prazo (e nós sabemos as dificuldades em gerar recursos a curto prazo); outra coisa é ter dívidas a longo prazo, pois aí a empresa dispõe de tempo para gerar recursos (normalmente lucro + depreciação para pagar essas dívidas).

Para a Composição de Endividamento quanto menor o índice encontrado, melhor perante a situação financeira da empresa, ou seja, quanto menor o valor a

pagar a curto prazo em relação as suas exigibilidades, mais tempo a empresa terá para obter recursos que quitem seus compromissos a longo prazo melhorando a situação financeira da empresa e o seu risco incorrido.

### 3.1.2.2 Participação de Capitais de Terceiros (PCT)

Demonstra qual o percentual dos recursos totais da empresa que são financiados por terceiros, ou seja, para cada unidade monetária investida na empresa através de capital próprio, qual o valor representado por captação de recursos de terceiros. Este índice é composto por dois grandes grupos do balanço patrimonial que é o Passivo Circulante somado ao Passivo Não-Circulante definindo o valor do capital de terceiros ou também passivo real e pelo capital próprio da empresa através do Patrimônio Líquido.

Para Matarazzo (2003) e Silva (2007) algumas variáveis são importantes na definição da capacidade de endividamento:

- Geração de Recursos: capacidade de gerar recursos para amortizar as dívidas verificando também os índices de rentabilidade.

- Renovação: a capacidade de renovação dos empréstimos está associada à capacidade da empresa em gerar recursos e do seu grau de liquidez.

- Liquidez: permite analisar o perfil da dívida por aumentar o risco de insolvência. Estudara-se mais a respeito da liquidez no próximo tópico deste capítulo.

Segue a fórmula para o cálculo da participação de capitais de terceiros:

$$PCT = \frac{PC + P\tilde{N}C}{PL}$$

Para a Participação de Capitais de Terceiros quanto menor o índice encontrado, melhor perante a situação financeira da empresa, ou seja, quanto menor a participação de terceiros na empresa, menor será o endividamento e maior a sua liberdade para a tomada de decisões. Caso ocorra o contrário, e o nível de endividamento da empresa esteja elevado, constata-se que a dependência financeira perante terceiros restringirá a liberdade financeira da empresa.

### 3.1.2.3 Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)

Demonstra quanto do Patrimônio Líquido foi investido em prol do Ativo Não Circulante exceto o Ativo Realizável a Longo Prazo, ou seja, para cada unidade monetária de capital próprio quanto foi destinado à imobilização no seu Ativo Não-Circulante.

Matarazzo (2010, p.93): “Quanto mais a empresa investir no Ativo Imobilizado, menos recursos próprios sobrarão para o Ativo Circulante e, em consequência, maior será a dependência a capitais de terceiros para o financiamento do Ativo Circulante.”

O índice é obtido através da seguinte fórmula:

$$IPL = \frac{A\tilde{N}C - ARLP}{PL}$$

Para o IPL quanto menor o índice encontrado, melhor perante a situação financeira da empresa. Se o índice for menor que um, pode-se constatar que a empresa ainda possui recursos próprios para financiar o seu Ativo Circulante, ou seja, não está totalmente centrada no Ativo Não-Circulante. Caso o índice seja maior que um, pode-se ver que os recursos próprios estão totalmente concentrados no Ativo Não Circulante exceto o Realizável a Longo Prazo, não tendo como financiar o AC a empresa se torna assim dependente de recursos provenientes de terceiros para financiar o seu AC.

### 3.1.2.4 Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRÑC)

Demonstra o quanto dos recursos não correntes da empresa está aplicado no Ativo Não Circulante exceto o Ativo Realizável a Longo Prazo, ou seja, quanto os recursos a longo prazo financiam este ativo.

Silva (2007, p.113) diz:

Como os elementos do Ativo Permanente possuem normalmente uma vida útil muito elástica, pode não ser viável a sua aquisição com recursos próprios. Os investimentos no imobilizado preferencialmente devem ser feitos com recursos captados através de financiamentos de longo prazo [...]

Portanto, conforme o que nos diz Silva podemos observar que o prazo de vencimento da dívida tem de ser compatível com a vida útil do bem financiado e o período de vencimento das prestações deve ser suficiente para a empresa gerar recursos e quitar a dívida de longo prazo.

Para o IRÑC quanto menor o índice encontrado, melhor perante a situação financeira da empresa.

O índice é obtido através da seguinte fórmula:

$$\text{IRÑC} = \frac{\text{AÑC} - \text{ARPL}}{\text{PL} + \text{PÑC}}$$

## 3.2 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

### 3.2.1 *Conceito*

Os índices de liquidez possuem a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento que a empresa tem diante das suas obrigações com terceiros mostrando a base da situação financeira, ou seja, o objetivo principal do estudo da liquidez é visualizar o grau de solvência verificando a solidez financeira da empresa para saldar seus compromissos. Para Braga (2009, p.162):

A análise da liquidez tem o objetivo de avaliar a capacidade de financiamento da empresa em relação a suas exigibilidades. A análise interna de liquidez constitui-se num dos mais valiosos instrumentos de controle financeiro, especialmente quando realizada em períodos curtos (semanais, quinzenais, mensais).

Porém conforme Matarazzo (2010, p.99): “Uma empresa com bons índices de liquidez tem condições de ter boa capacidade de pagar suas dívidas, mas não estará, obrigatoriamente, pagando suas dívidas em dia em função de outras variáveis como prazo, renovação de dívidas etc.”

Os índices de liquidez não são retirados do fluxo de caixa, são elaborados a partir do confronto do ativo circulante com as dívidas da empresa.

### 3.2.1.1 Ativo

É um dos componentes do balanço patrimonial e evidencia todos os bens e direitos da empresa avaliáveis através de moeda corrente e que demonstrem benefícios presentes ou futuros para a organização. Segundo a NBC T 19.41 o Ativo é: “[...] um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade”.

Dentro do Ativo pode-se apresentar dois grandes grupos: Ativo Circulante e Ativo Não-Circulante dispostos em ordem decrescente de liquidez.

#### 3.2.1.1.1 Ativo Circulante

São as contas consideradas de rotação, as que apresentam liquidez imediata ou que são convertidas em moeda corrente a curto prazo estão dispostas no subgrupo disponível do AC.

Fazem parte do Ativo Circulante além do Disponível os seguintes subgrupos: aplicações financeiras, valores a receber a curto prazo, estoques, despesas antecipadas.

#### 3.2.1.2 Ativo Não-Circulante

Apresenta grupos de baixa liquidez, ou seja, sua transformação para moeda corrente é lenta e aqueles que não se destinam a venda tendo liquidez mínima.

Divide-se nos seguintes subgrupos: ativo realizável a longo prazo, investimentos, imobilizado, intangível.

### 3.2.2 Principais Índices de liquidez

#### 3.2.2.1 Liquidez Imediata (LI)

Este índice tem a sua função revelada em seu nome, pois demonstra a porcentagem que a empresa dispõe para saldar as suas dívidas a curto prazo imediatamente ou instantaneamente. Assaf (2010, p.163): “Este quociente é normalmente baixo pelo pouco interesse das empresas em manter recursos monetários em caixa, ativo operacionalmente de reduzida rentabilidade.”

A LI é determinada a partir da seguinte fórmula:

$$LI = \frac{\text{Disponibilidades}}{PC}$$

Para Silva (2007) os valores do balanço patrimonial verificado tendem a não representar a média dos saldos verificados ao longo do exercício financeiro, assim o índice é mais eficiente quando analisado em conjunto com o fluxo mensal de caixa ou utilizado a média dos saldos mensais das contas, contornando situações que possam estar fora do normal às vésperas do levantamento do balanço.

Para LI quando maior for o índice encontrado, melhor para a situação financeira da empresa, demonstrando sua capacidade de saldar dívidas a curto prazo.

### 3.2.2.2 Liquidez Corrente (LC)

Apresenta a relação mediante as disponibilidades e as contas conversíveis a curto prazo em unidade de moeda corrente em contrapartida das suas dívidas a curto prazo, ou seja, quanto a empresa possui no Ativo Circulante para cada unidade monetária do Passivo Circulante.

A LC é determinada a partir da seguinte fórmula:

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Para LC quanto maior o índice, melhor a situação financeira da empresa, pois os recursos a curto prazo são capazes de saldar as dívidas de curto prazo.

### 3.2.2.3 Liquidez Seca (LS)

Conhecido também como “Teste Ácido” (*acid test*), verifica o quanto a empresa possui de disponibilidades (dinheiro, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras de liquidez imediata), aplicações financeiras a curto prazo e

duplicatas a receber, para cada unidade monetária no Passivo Circulante (dívidas a curto prazo). Conforme Braga (2009, p.164): “[...] este índice mede a capacidade da empresa para pagar suas obrigações sem ser forçada a vender seus estoques [...]”.

Retirando os estoques do numerador, uma grande fonte de incertezas é eliminada, porém dada a rotatividade dos estoques o índice apresenta uma posição conservadora diante da liquidez da empresa.

A LS é determinada a partir da seguinte fórmula:

$$LS = \frac{(AC - \text{Estoques})}{PC}$$

Para o LS quanto maior o índice, melhor a situação financeira da empresa, pois significa que os seus recursos a curto prazo são capazes de pagar suas dívidas a curto prazo, independente da venda dos estoques.

#### 3.2.2.4 Liquidez Geral (LG)

Quanto a empresa possui no ativo circulante e no ativo realizável a longo prazo para cada unidade monetária de dívida total. Para Braga (2009, p.164): “Este quociente indica a capacidade financeira da empresa para solver todos os compromissos para com seus credores de curto e longo prazo (passivo).”

A LG é determinada a partir da seguinte fórmula:

$$LG = \frac{(AC + ARLP)}{(PC + P\tilde{N}C)}$$

Para LG quanto maior o índice, melhor a situação financeira da empresa, pois significa que os recursos são capazes de pagar as dívidas com terceiros.

### 3.3 ÍNDICES DE ROTATIVIDADE

#### 3.3.1 *Conceito*

Os índices de rotatividade também são conhecidos como indicadores do ciclo operacional ou índices de prazos médios.

São considerados índices dinâmicos, pois os prazos possuem grande importância na liquidez, no endividamento e na rentabilidade da empresa determinante para a necessidade de capital de giro. Conforme cita Silva (2010, p.248): “[...] quanto maior a distância entre o pagamento e o recebimento, maior será a necessidade de recursos da empresa, afetando sua lucratividade, sua liquidez e seu endividamento.”

Para Assaf (2010, p.171): “Os indicadores da atividade operacional são mais dinâmicos e permitem que seja analisado o desempenho operacional da empresa e suas necessidades de investimento em giro.”

Representam a velocidade com que os elementos patrimoniais se renovam durante um determinado período de tempo, e por sua natureza apresentam resultados em dias, meses ou frações de um ano.

#### 3.3.2 *Principais Índices de rotatividade*

##### 3.3.2.1 Giro dos Estoques (GE) e Prazo Médio de Estocagem (PME)

Estes índices determinam, através do GE, o indicador de giro dos estoques e através do PME quantos dias ou meses as mercadorias ou produtos ficam estocados antes de serem vendidos, verificando a renovação dos estoques.

Silva (2010, p.249) diz:

O mundo moderno caminha em direção a uma administração em que os estoques tenham seu giro rápido. Provavelmente, a forma como a empresa vem financiando seus estoques, isto é, com prazo concedido pelo fornecedor, com recursos próprios ou com endividamento bancário, é uma questão fundamental para o analista de empresas. Se uma empresa estiver mantendo estoques elevados e financiando-os com recursos próprios, o eventual prejuízo dessa prática será de seus proprietários. Por outro lado, se a manutenção de estoques elevados ocorrer à custa de empréstimos bancários, além dos custos elevados dos recursos, há uma certa tendência de essa prática elevar o risco financeiro da empresa.

O GE é calculado a partir da seguinte fórmula, tendo como denominador o saldo médio dos estoques, calculado através da soma do saldo inicial mais saldo final do estoque e dividindo o resultado por dois, do período que se deseja analisar. Na impossibilidade de se calcular o saldo médio dos estoques, é admissível o cálculo utilizando somente os estoques finais do período que estiver sendo analisado. O mesmo raciocínio deve ser visado para o cálculo do giro de fornecedores e de contas a receber demonstrados adiante.

$$GE = \frac{CPV}{\text{Saldo médio dos estoques}}$$

Quanto maior o índice do GE encontrado melhor, significando menor prazo em dias, como demonstra a fórmula acima.

O PME em dias é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$PME = \frac{\text{Saldo médio dos estoques}}{CPV/365 \text{ dias}}$$

Quanto menor o tempo encontrado, melhor será a situação financeira da empresa, porém para uma análise mais eficiente o PME deve ser verificado junto com os índices que apresentados nos próximos tópicos;

### 3.3.2.2 Giro de Fornecedores (GF) e Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMPF)

Por sua vez, o prazo médio de pagamento a fornecedores determina quantos dias em média a empresa demora para quitar suas dívidas junto aos seus fornecedores.

O PMPF é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$PMPF = \frac{\text{Saldo médio de fornecedores}}{\text{Compras a prazo}/365 \text{ dias}}$$

O GF é calculado a partir da seguinte fórmula, verificando sempre o saldo de contas a pagar inicial e o saldo de contas a pagar final junto aos fornecedores do período analisado.

$$GF = \frac{\text{Compras a prazo}}{\text{Saldo médio dos fornecedores}}$$

É importante manter o prazo de rotação de contas a pagar junto aos fornecedores maior do que o prazo médio de rotação das contas a receber que se verificará no próximo tópico deste capítulo. Conforme Silva (2007, p. 102): “[...] o prazo médio para pagamento das compras deverá ser superior aos prazos concedidos aos clientes, de forma a permitir a manutenção de um adequado nível de liquidez.”

### 3.3.2.3 Giro das Contas a Receber (GCR) e Prazo Médio de Recebimento de Contas a Receber (PMCR)

O PMCR verifica qual a média de dias que a empresa demora a receber os valores relativos às suas vendas, considerando fatores como o prazo concedido aos clientes para pagamento e o montante de vendas a prazo. Silva (2007, p. 102) diz:

Quanto maior o prazo de recebimento pior será para a empresa, porém uma análise completa deve ser feita observando também o prazo de rotação dos estoques e de pagamento das compras, sendo que a qualidade das duplicatas a receber também interfere diretamente na avaliação deste indicador. O estudo do Prazo Médio de Recebimento de Vendas permitirá ainda avaliar a política de concessão de créditos e a eficiência do setor de cobrança.

O PMCR é calculado a partir da seguinte fórmula:

$$PMCR = \frac{\text{Saldo médio de contas a receber}}{\text{Vendas a prazo}/365 \text{ dias}}$$

O GCR é calculado a partir da seguinte fórmula, verificando sempre o saldo de contas a receber inicial e o saldo de contas a receber final do período que se deseja analisar.

$$\text{GCR} = \frac{\text{Vendas a prazo}}{\text{Saldo médio de contas a receber}}$$

O ideal é que o tempo em dias da rotação de contas a receber esteja menor do que o da rotação de contas a pagar junto aos fornecedores, indicando uma boa política financeira e um nível adequado de liquidez.

### 3.4 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

#### 3.4.1 Conceito

Ao contrário do que trataram os índices de endividamento e de liquidez que demonstram a posição financeira da empresa, os índices de rentabilidade ou também conhecidos como de lucratividade e retorno sobre o investimento determinam a situação econômica da empresa concentrando a atenção na geração de resultados, Savytzky (2007, p.79) diz: “Pode-se dizer que o lucro é o alimento da empresa e que, sem ele, ela não sobrevive.”

É possível determinar qual a rentabilidade dos capitais investidos, ou seja, quanto renderam os investimentos, e assim qual o grau de sucesso econômico da empresa. Pode-se definir conforme Savytzky (2007, p.79):

O índice de rentabilidade refere-se ao lucro gerado pela empresa e é de interesse de seus sócios, que por ele verificam a remuneração do capital aplicado, e de terceiros, como os Bancos e Fornecedores, que medem a capacidade de pagamento das dívidas assumidas pela empresa. A empresa que apresenta baixa rentabilidade compromete a sua capacidade de pagamento e a tendência é de seu definhamento.

De uma maneira geral esses índices relatam a eficiência e rentabilidade da empresa, diante do seu potencial de vendas, sua habilidade de gerar resultados e evolução das despesas.

Segundo Marion (2002) para comparar-se o lucro com o Ativo, ou o lucro com o PL temos que considerar que é importante que o numerador seja coerente com o denominador, ou seja, se utilizar-se o Lucro Líquido no numerador o Ativo Total será o denominador. Se utilizar-se o Lucro Operacional no numerador o Ativo Operacional será o denominador, e assim sucessivamente.

#### 3.4.1.1 Lucro ou Prejuízo Líquido do Exercício

É o resultado final do exercício. Caso positivo é o lucro líquido do exercício. Caso negativo, prejuízo líquido do exercício, que será obrigatoriamente compensado com as reservas de lucro e a reserva legal.

#### 3.4.1.2 Lucro ou Prejuízo Operacional

É a diferença entre o lucro ou prejuízo bruto e as despesas operacionais. Caso o lucro seja superior ao montante das despesas operacionais, terá-se lucro operacional, caso ocorra o contrário, terá-se prejuízo operacional.

#### 3.4.1.3 Lucro ou Prejuízo Bruto

É a diferença entre a receita operacional líquida e os custos operacionais da receita. Terá-se lucro bruto quando a receita for maior que o custo, caso ocorra o contrário e o custo for maior que a receita terá-se prejuízo bruto.

### 3.4.2 Principais Índices de rentabilidade

#### 3.4.2.1 Giro do Ativo (GA)

Também conhecido como índice de rotatividade é considerado um dos principais índices geradores da rentabilidade, estabelecendo a relação entre as vendas do período e os investimentos totais efetuados na empresa, ou seja, quanto à empresa vendeu para cada unidade monetária de investimento total.

A GA determina quantas vezes à empresa consegue transformar o seu ativo em vendas.

Para Matarazzo (2010, p.111): “O sucesso de uma empresa depende em primeiro lugar de um volume de vendas adequado. O volume de vendas tem relação direta com o montante de investimentos.”

A GA é determinada a partir do cálculo da seguinte fórmula:

$$GA = \frac{ROL}{AT}$$

Para GA, quanto maior o índice melhor para a situação econômica da empresa, pois quanto maior forem às vendas mais recursos próprios estarão disponíveis para investir no Ativo da empresa.

#### 3.4.2.2 Margem Líquida (ML)

Também conhecida como Retorno sobre as Vendas, é uma comparação entre o Lucro Líquido (LL) em relação as Vendas Líquidas, fornecendo o percentual de lucro que a empresa está obtendo em relação ao seu faturamento. Conforme Savytzky (2007, p.81):

Apesar das limitações de interpretação que se tem quanto aos índices de rentabilidade sobre vendas, convém que sejam incluídos entre os índices básicos, porque, se não definem uma situação, alertam para eventual necessidade de exame detalhado e demonstram a evolução do lucro líquido em relação às vendas.

A ML é calculada a partir da seguinte fórmula:

$$ML = \frac{LL}{ROL}$$

Para ML quanto maior o índice melhor para a situação econômica da empresa, pois significa que as vendas efetuadas obtiveram lucro elevado, pois é calculado quanto lucro a empresa obtém para cada unidade monetária vendida.

### 3.4.2.3 Retorno do Ativo (RA)

Também conhecido como Retorno sobre o Investimento, é considerado o mais importante índice individual da análise de balanços.

Pode-se verificar através do RA quanto a empresa obtém de lucro para cada unidade monetária de investimento na empresa, ou seja, demonstra quanto a empresa obteve de Lucro Líquido em relação ao Ativo. Para Matarazzo (2010, p.114) a RA é: “[...] uma medida da capacidade da empresa em gerar lucro líquido e assim poder capitalizar-se. É ainda uma medida do desempenho comparativo da empresa ano a ano.”

A RA é calculada a partir da seguinte fórmula:

$$RA = \frac{LL}{AT}$$

Para RA quanto maior o índice encontrado, melhor, pois quanto maior for o lucro maior poderá ser o investimento da empresa no Ativo.

Com base no que diz Silva (2010) o Retorno sobre o Investimento pode ser demonstrado a partir da integração entre os índices de atividade (giro do ativo) e a lucratividade líquida (margem líquida) através do chamado *Método Du Pont* ou *Sistema Du Pont de Análise Financeira*, que de forma sistemática determina a lucratividade do investimento.

A fórmula *Du Pont* determina a RA como segue a fórmula:

$$RA = GA \times ML$$

Sabendo que o RA além de ser determinado pelo confronto entre o Lucro Líquido e o total do Ativo, também pode ser calculado através do Giro do Ativo multiplicado pela Margem Líquida, examinando com mais detalhes os fatores geradores dos componentes do cálculo da RA. Observando o GA verifica-se o que ocorreu com a ROL e o AT e analisando a ML, estuda-se a evolução tanto da ROL quanto dos custos e despesas que afetaram a formação do Lucro Líquido. Como

consequência, podem ser tomadas medidas de melhoria dos vários elementos que determinam o RA, melhorando assim tanto o desempenho total quanto o desempenho próprio.

#### 3.4.2.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)

Também conhecida como Retorno sobre o Patrimônio ou Retorno do Capital Próprio demonstra qual a taxa de rendimento dos recursos próprios, ou seja, qual o retorno que os sócios estão obtendo em relação aos investimentos feitos na empresa.

Pode-se verificar através da RPL quanto lucro obtiveram os proprietários (investidores) para cada unidade monetária investida de capitais próprios.

A RPL é calculada através da seguinte fórmula:

$$RPL = \frac{LL}{PL}$$

Para RPL quanto maior o índice encontrado, melhor, pois demonstra qual foi o lucro obtido em relação aos capitais próprios investidos na empresa.

## 4 ESTUDO DE CASO NA EMPRESATERRASUL VINHOS FINOS LTDA

O objetivo deste capítulo é demonstrar a situação financeira da empresa através da aplicação dos índices estudados no capítulo anterior, sobre o balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício dos anos de 2009 e 2010.

Assim será possível efetuar um comparativo entre os mesmos, gerando informações que contribuam para melhorias na empresa.

### 4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DA EMPRESA

#### 4.1.1 Histórico

A Terrasul Vinhos Finos, antiga Vinícola Isabela, foi criada em 1996, a partir do investimento dos sócios e enólogos Paulo Roberto Tonet e Volmar José Salvador, a princípio produzindo vinhos comuns que eram vendidos a granel para outras empresas.



**Figura 1: Terrasul Vinhos Finos Ltda.**

Fonte: Arquivo da empresa.

Em 1998 a empresa adquiriu uma antiga propriedade de 300 hectares da Vinícola Riograndense, em Pinheiro Machado, região da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul, denominada hoje Vinhedos São Felício Ltda., inicialmente com 65 hectares destinados ao plantio de uvas finas.



**Figura 2: Vinhedos San Felício Ltda.**

Fonte: Arquivo da empresa.

Ali começaram a produção da linha de vinhos finos e espumantes da Terrasul que em 2004 lançou seus primeiros lotes e que perduram até o momento com bom reconhecimento no ramo. Hoje, a propriedade conta com 75 hectares de uvas finas, entre elas variedades como o Malvasia de Cândia, Merlot, Cabernet Sauvignon, Chardonnay, Sauvignon Blanc, Cabernet Franc, Riesling Itálico, entre outras variedades, sendo que boa parte de sua produção é trazida para Flores da Cunha para a elaboração dos vinhos finos, e outra parte é vendida através de uma parceria para uma empresa do ramo vinícola de Bento Gonçalves.

#### 4.1.2 Produtos

Atualmente, a vinícola produz vinhos comuns derivados de uvas de castas americanas adquiridas de produtores da região da Serra Gaúcha e vinhos finos provenientes de uvas viníferas da propriedade de Pinheiro Machado.

Os vinhos finos e espumantes possuem uma linha restrita de produtos, com procura e saída satisfatória, sendo eles: Moscatel Garrafa de 750 ml, Brut Garrafa de 750 ml, Cabernet Sauvignon Garrafa de 750 ml, Garrafão de 2L e Bag de 5L, Malvasia de Cândia Garrafa de 750 ml, Garrafão de 2L e de 4,6L, Bag Merlot de 5L e Casa Milano 4,6 Litros (vinho comum).



**Figura 3: Embalagem Bag in Box 5 Litros.**

Fonte: Arquivo da empresa.



**Figura 4: Garrafas de 750 ml.**

Fonte: Arquivo da empresa.



**Figura 5: Garrações de 2 Litros.**

Fonte: Arquivo da empresa.

#### 4.1.3 *Fornecedores*

A empresa adquire a maior parte de sua matéria-prima de uvas americanas entre fevereiro e março de cada ano quando acontece a safra da uva, sendo que seus principais fornecedores são pessoas físicas produtoras de uvas, também chamados de produtores rurais.

Empresas que revendem açúcar e empresas que fornecem produtos enológicos também são fornecedores significativos da Terrasul Vinhos Finos.

#### 4.1.4 *Clientes*

A destinação dos vinhos comuns tem sido feita exclusivamente a granel, para empresas em todo o Brasil, que revendem o vinho ou para elaboração de produtos derivados, como sangrias, vermouths e coquetéis.

Os vinhos finos e espumantes são vendidos para casas especializadas e restaurantes em todo o Brasil, bem como para pessoas físicas de Flores da Cunha e região, fiéis aos produtos.

#### 4.2 BALANÇO E DRE DOS EXERCÍCIOS 2009 E 2010.

Para elaboração do estudo prático aplicando a teoria exposta, estão demonstrados a seguir, os balanços patrimoniais e os demonstrativos do resultado dos exercícios de 2009 e 2010 com os cálculos das análises vertical e horizontal que serão a base das considerações desenvolvidas neste capítulo.

<b>TERRASUL VINHOS FINOS LTDA</b>					
<b>BALANÇO PATRIMONIAL</b>					
	31/12/2009	AV %	31/12/2010	AV %	AH %
<b>CONTAS</b>	<b>R\$</b>		<b>R\$</b>		
<b>ATIVO</b>	<b>1.883.884,93</b>	<b>100,00</b>	<b>1.933.695,50</b>	<b>100,00</b>	<b>2,64</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.132.023,42</b>	<b>60,09</b>	<b>1.155.839,99</b>	<b>59,77</b>	<b>2,10</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>171.942,72</b>	<b>9,13</b>	<b>94.413,05</b>	<b>4,88</b>	<b>- 45,09</b>
Caixa	121.070,42	6,43	349,75	0,02	- 99,71
Bancos	50.872,30	2,70	94.063,30	4,86	84,90
<b>CLIENTES</b>	<b>436.392,99</b>	<b>23,16</b>	<b>309.760,58</b>	<b>16,02</b>	<b>- 29,02</b>
<b>OUTROS CRÉDITOS</b>	<b>598,89</b>	<b>0,03</b>	<b>51.457,80</b>	<b>2,66</b>	<b>85,92</b>
Adiantamento a fornecedores	-	-	3.658,97	0,19	-
Adiantamento a funcionários	126,31	0,01	1.491,92	0,08	11,81
Impostos a recuperar	472,58	0,03	46.306,91	2,39	97,99
<b>ESTOQUES</b>	<b>523.088,82</b>	<b>27,77</b>	<b>700.208,56</b>	<b>36,21</b>	<b>33,86</b>
<b>ATIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>751.861,51</b>	<b>39,91</b>	<b>777.855,51</b>	<b>40,23</b>	<b>3,46</b>
<b>ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>5.500,00</b>	<b>0,29</b>	<b>2.500,00</b>	<b>0,13</b>	<b>- 54,55</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0,32</b>	<b>7.000,00</b>	<b>0,36</b>	<b>16,67</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>633.929,74</b>	<b>33,65</b>	<b>762.793,46</b>	<b>39,45</b>	<b>20,33</b>
<b>DIFERIDO</b>	<b>106.431,77</b>	<b>5,65</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>5.562,05</b>	<b>0,29</b>	<b>-</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>1.883.884,93</b>	<b>100,00</b>	<b>1.933.695,50</b>	<b>100,00</b>	<b>2,64</b>
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>1.144.240,45</b>	<b>60,74</b>	<b>1.046.459,74</b>	<b>54,12</b>	<b>- 8,55</b>
Fornecedores	398.221,32	21,14	486.623,73	25,17	22,20
Obrigações tributárias a pagar	136.522,22	7,25	105.316,33	5,45	- 22,86
Obrigações trabalhistas a pagar	26.994,34	1,43	13.529,05	0,70	- 49,88
Provisões	8.763,42	0,47	10.676,45	0,55	21,83
Outras contas a pagar	223,00	0,01	223,00	0,01	-
Outras obrigações a pagar	194.862,07	10,34	87.908,83	4,55	- 54,89
Cheque especial	18.379,85	0,98	-	-	-
Empréstimos a curto prazo	373.537,61	19,83	342.182,35	17,70	- 8,39
<b>PASSIVO NÃO-CIRCULANTE</b>	<b>75.182,28</b>	<b>3,99</b>	<b>45.513,09</b>	<b>2,35</b>	<b>- 39,46</b>
Empréstimos a longo prazo	72.000,00	3,82	45.513,09	2,35	- 36,79
Parcelamento a longo prazo	3.182,28	0,17	-	-	-
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>664.462,20</b>	<b>35,27</b>	<b>841.722,67</b>	<b>43,53</b>	<b>26,68</b>
Capital social	300.000,00	15,92	300.000,00	15,51	-
Reserva de lucros	364.462,20	19,35	541.722,67	28,01	48,64

**Quadro 1: Balanço Patrimonial e Análise Vertical - Horizontal 2009 e 2010.**

Fonte: Elaborado pela autora.

<b>TERRASUL VINHOS FINOS LTDA</b>					
<b>DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>					
	31/12/2009	AV %	31/12/2010	AV %	AH%
<b>CONTAS</b>	<b>R\$</b>		<b>R\$</b>		
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>2.360.633,68</b>		<b>2.690.781,97</b>		
<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>- 516.010,10</b>		<b>- 521.406,53</b>		
(-) Devolução de Vendas	- 10.765,19		- 7.837,78		
(-) Impostos s/ vendas	- 505.244,91		- 513.568,75		
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>1.844.623,58</b>	<b>100,00</b>	<b>2.169.375,44</b>	<b>100,00</b>	<b>17,61</b>
(-) CUSTO MERCADORIAS VENDIDAS	- 777.498,05	42,15	- 1.531.076,50	70,58	96,92
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>1.067.125,53</b>	<b>57,85</b>	<b>638.298,94</b>	<b>29,42</b>	<b>- 40,19</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>- 390.021,74</b>	<b>21,14</b>	<b>- 460.588,47</b>	<b>21,23</b>	<b>18,09</b>
(-) Despesas com Vendas	- 43.864,07	2,38	- 20.264,86	0,93	- 53,80
(-) Despesas Administrativas	- 145.429,44	7,88	- 200.502,40	9,24	37,87
(-) Despesas Tributárias	- 11.488,08	0,62	- 18.440,42	0,85	60,52
(+) Receitas Financeiras	4.704,96	0,26	2.762,76	0,13	- 41,28
(-) Despesas Financeiras	- 96.641,63	5,24	- 111.153,62	5,12	15,02
(-) Demais Despesas Operacionais	- 97.303,48	5,28	- 112.989,93	5,21	16,12
<b>RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO</b>	<b>677.103,79</b>	<b>36,71</b>	<b>177.710,47</b>	<b>8,19</b>	<b>- 73,75</b>
<b>OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.750,00</b>	<b>0,08</b>	<b>-</b>
<b>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	<b>11.299,81</b>	<b>0,61</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>RESULTADO ANTES DO IR</b>	<b>688.403,60</b>	<b>37,32</b>	<b>179.460,47</b>	<b>8,27</b>	<b>- 73,93</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>688.403,60</b>	<b>37,32</b>	<b>179.460,47</b>	<b>8,27</b>	<b>- 73,93</b>

**Quadro 2: DRE e Análise Vertical – Horizontal 2009 e 2010.**

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.3 ANÁLISE HORIZONTAL E VERTICAL

No Ativo da empresa Terrasul Vinhos Finos de 2010 pode-se verificar um aumento significativo na conta de Disponibilidades Bancárias, com crescimento de 84,90%, sendo que a conta de Cheque Especial não tem mais saldo em 2010. Outro fator relevante é o notável valor dos Impostos a Recuperar que cresceram 97,99% em relação ao ano de 2009. Valores significativos que também cresceram são destacados nos Estoques em 33,86% como se confirma pelo crescimento da análise vertical de 27,77% em 2009 para 36,21% em 2010, no Imobilizado em 20,33% e na AV 33,65% em 2009 para 39,45% em 2010.

Porém em contrapartida a este crescimento têm-se as contas que reduziram seu valor significativamente, contribuindo para que o crescimento do Ativo fosse somente de 2,64% de 2009 para 2010, apesar do destaque das contas citadas acima. O Caixa diminuiu drasticamente em 99,71% afetando as Disponibilidades

com uma redução de 45,09%, em 2009 o Caixa tinha saldo de R\$ 121.070,42 e em 2010 apresentou R\$ 349,75 como saldo final. Podemos enfatizar que o Ativo Realizável a Longo Prazo diminuiu em 54,55% seguido do crédito com Clientes a Receber em 29,02%, conforme confirmado pela AV de 23,16% em 2009 caiu para 16,02% em 2010.

No Passivo pode-se verificar o crescimento das obrigações com Fornecedores em 22,20% em 2010. Analisando outras contas encontra-se uma redução significativa de Outras Contas a Pagar, que em 2009 apresentava R\$ 194.862,07 de obrigações a serem pagas e que em 2010 apresentou R\$ 87.908,83, seguida as Obrigações Trabalhistas reduzidas em 49,88% e das Obrigações Tributárias em 22,86%. Os Empréstimo a Curto Prazo tiveram uma redução de saldo em 8,39% e os Empréstimos a Longo Prazo reduziram em 36,79% verificando a capacidade da empresa em quitar suas dívidas com as instituições financeiras.

O Patrimônio Líquido que fornecia 35,27% dos recursos em 2009 cresceu para 43,53% devido ao aumento na conta de Reservas de Lucros em 48,64%, conforme AV de 19,35% em 2009 para 28,01% em 2010.

A Receita Operacional Líquida da empresa Terrasul Vinhos em 2009 era R\$ 1.844.623,58 e em 2010 passou a ser R\$ 2.169.375,44, tendo uma expansão de 17,61%. Porém o CPV aumentou 96,92%, passando de R\$ 777.498,05 em 2009 para R\$ 1.531.076,50 em 2010, tendo quase duplicado seu valor em relação ao ano passado, isso ocorreu devido a compra de matéria-prima, que em 2009 foi de R\$ 859.767,93 e em 2010 esse valor quase duplicou acompanhando o CPV sendo R\$ 1.704,569,48. A compra de matéria-prima cresceu, pois a safra da uva não teve uma boa qualidade perante o grau da uva, influenciando a compra de açúcar e a compra de mais quilos de uva para que se pudesse produzir um vinho com bom padrão de qualidade. A empresa também teve que comprar vinhos de terceiros para revender aos seus clientes, com uma pequena margem de lucro, pois exigiam um padrão de vinho superior.

Devido ao aumento relevante no CPV o Lucro Bruto da empresa diminuiu 40,19%.

Nas Despesas Operacionais que aumentaram 18,09% verifica-se uma redução significativa de 53,80% nas Despesas com Vendas, conforme a análise vertical de 2,38% em 2009 caiu para 0,93% em 2010.

Todas as outras Despesas Operacionais cresceram no ano de 2010, destacando as Despesas Tributárias com aumento de 60,52% e as Despesas Administrativas em 37,87% que conforme a análise vertical passou de 7,88% em 2009 para 9,24% em 2010.

O Resultado Operacional Líquido teve uma queda evidente, pode-se identificar como maior causa o grande aumento que o CPV sofreu no ano de 2010, pois em 2009 a ROL era de R\$ 677.103,79 e em 2010 foi para R\$ 179.460,47, uma diferença de R\$ 497.643,32, uma queda de 73,75%. O mesmo fator deve ser considerado ao analisarmos o Lucro Líquido do Exercício que manteve uma queda estável em relação a ROL, com 73,93% de diminuição no resultado do exercício de 2010.

#### 4.4 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO			
INDICADORES	INTERPRETAÇÃO	2009	2010
Dependência Financeira (DF)	Quanto menor, melhor.	0,6473	0,5647
Composição do Endividamento (CE)	Quanto menor, melhor.	0,9383	0,9583
Participação de Capitais de Terceiros (PCT)	Quanto menor, melhor.	1,8352	1,2973
Imobilização do Patrimônio Líquido (IPL)	Quanto menor, melhor.	1,1233	0,9212
Imobilização dos Recursos Não Correntes (IRÑC)	Quanto menor, melhor.	1,0091	0,8739

**Quadro 3: Análise dos Índices de Endividamento 2009 e 2010.**

Fonte: Elaborado pela autora.

##### 4.4.1 Dependência financeira (DF)

Pode-se verificar que a dependência perante o capital de terceiros se tornou menor no ano de 2010 com 56,47% melhorando a situação financeira da empresa em relação ao ano de 2009 quando este índice foi de 64,73%.

Pode-se verificar que em 2010 ocorreu uma queda nos empréstimos de curto e longo prazo diminuindo a dependência financeira para com terceiros.

#### 4.4.2 *Composição do endividamento (CE)*

A proporção das dívidas a curto prazo em relação as dívidas totais da empresa apresenta que 93,83% da dívida total da empresa em 2009 está representado por dívidas a curto prazo e em 2010 este valor reflete em 95,83% de dívidas concentradas no curto prazo, um pouco pior portanto em 2010.

Para cada R\$ unidade monetária de dívidas totais R\$ 0,9383 em 2009 e R\$ 0,9583 em 2010 equivalem a dívidas no curto prazo.

Este aumento na concentração de dívidas a curto prazo pode ser justificada pela diminuição significativa nos empréstimos a longo prazo em 36,79% contra 8,39% no curto prazo e a uma concentração maior na conta de obrigações a pagar junto a fornecedores.

É possível afirmar a preferência por capitais de curto prazo, porém a situação pode gerar riscos elevados, considerando que os prazos para pagamento das dívidas são menores, desencadeando certa pressão para que se gerem recursos capazes de liquidar essas dívidas.

#### 4.4.3 *Participação de capital de terceiros (PCT)*

O PCT da empresa no ano de 2009 é de R\$ 1,84 para cada unidade monetária do Patrimônio Líquido. Já em 2010 ocorreu uma melhora neste índice verificando R\$ 1,30 em relação ao capital próprio.

De forma geral em ambos os anos este índice demonstra que o capital de terceiros é utilizado com maior proporção do que o capital próprio, principalmente a curto prazo.

#### 4.4.4 *Imobilização do patrimônio líquido (IPL)*

Demonstra quanto do Ativo Imobilizado é financiado pelo capital próprio da empresa, ressaltando o grau de dependência perante recursos de terceiros.

Em 2009 para cada unidade monetária de capital próprio R\$ 1,12 foi para financiar o Ativo Imobilizado. Em 2010 foi utilizado R\$ 0,92.

Pode-se verificar que no ano de 2009 a empresa concentra todo seu capital próprio em imobilizações impossibilitando o financiamento do Ativo Circulante,

demonstrando, portanto, a sua total dependência financeira perante recursos de terceiros.

Porém no ano de 2010 esta situação melhora um pouco, ainda que o índice esteja elevado. A empresa já não concentra todo o seu capital próprio para imobilizações possibilitando o financiamento em torno de 8% das atividades no Ativo Circulante.

#### 4.4.5 Imobilização dos recursos não correntes (IRÑC)

Esse quociente segue a mesma linha de raciocínio do IPL, sendo a diferença a utilização do Passivo Não-Circulante no cálculo.

Demonstra que para cada unidade monetária do seu Patrimônio Líquido e Passivo Não Circulante, em 2009 R\$ 1,009 e em 2010 R\$ 0, 8739 são destinados a financiar o Ativo Imobilizado da empresa. Da mesma forma que no IPL o ano de 2010 apresentou melhor resultado, para o IRÑC esta tendência se manteve.

### 4.5 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE LIQUIDEZ

INDICADORES DE LIQUIDEZ			
INDICADORES	INTERPRETAÇÃO	2009	2010
Liquidez Imediata (LI)	Quanto maior, melhor.	0,1503	0,0902
Liquidez Corrente (LC)	Quanto maior, melhor.	0,9893	1,1045
Liquidez Seca (LS)	Quanto maior, melhor.	0,5322	0,4354
Liquidez Geral (LG)	Quanto maior, melhor.	0,9328	1,0608

**Quadro 4: Análise dos Índices de Liquidez 2009 e 2010.**

Fonte: Elaborado pela autora.

#### 4.5.1 Liquidez imediata (LI)

A empresa apresenta para cada unidade monetária de dívidas a curto prazo R\$ 0,15 em 2009 e R\$ 0,09 em 2010 de recursos imediatos para quitar suas dívidas. O resultado demonstrou índices baixos, mas dentro da média que se espera para este indicador.

Este índice verifica a relação das disponibilidades que são recursos facilmente convertidos em dinheiro com as dívidas do curto prazo, de até um ano.

Por isso este índice pode ficar entre 0,10 e 0,20, afinal nenhuma empresa mantém muito dinheiro em caixa para saldar suas obrigações correntes.

#### *4.5.2 Liquidez corrente (LC)*

Para cada unidade monetária de dívida de curto prazo a empresa dispõe em 2009 de R\$ 0,98 e em 2010 de R\$ 1,10 de recursos próprios a curto prazo para pagar suas obrigações.

A empresa apresentou em 2010 uma melhora, com um aumento de R\$ 0,12 em seu índice de liquidez corrente em relação ao ano de 2009, o que demonstra favorável capacidade de pagamento.

#### *4.5.3 Liquidez seca (LS)*

O índice de liquidez seca é muito semelhante ao índice de liquidez corrente, a única diferença é que no cálculo da LS é excluído o valor total dos estoques, afinal nem sempre os estoques são convertidos imediatamente em dinheiro.

Assim, a capacidade da empresa em pagar suas obrigações de curto prazo com recursos próprios a curto prazo exceto os estoques é em 2009 R\$ 0,53 para cada unidade monetária de dívida e em 2010 R\$ 0,43.

Considerando os resultados obtidos em ambos os anos fica evidente que a empresa depende da venda dos seus estoques para quitar suas obrigações assumidas com terceiros.

#### *4.5.4 Liquidez geral (LG)*

Para cada unidade monetária de dívida a curto e a longo prazo, a empresa Terrasul apresenta em 2009 R\$ 0,93 e em 2010 R\$ 1,06 de recursos para pagar essas dívidas. Em ambos os anos pode-se verificar favorável capacidade financeira da empresa, demonstrando que será possível honrar com os compromissos assumidos perante terceiros e enfatizando que os investimentos são superiores as dívidas de curto e de longo prazo assumidos pela empresa nos anos analisados.

#### 4.6 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE RENTABILIDADE

INDICADORES DE RENTABILIDADE			
INDICADORES	INTERPRETAÇÃO	2009	2010
Giro do Ativo (GA)	Quanto maior, melhor.	0,9792	1,1219
Margem Líquida (ML)	Quanto maior, melhor.	0,3732	0,0827
Rentabilidade do Ativo (RA)	Quanto maior, melhor.	0,3654	0,0928
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (RPL)	Quanto maior, melhor.	1,0361	0,2132

**Quadro 5: Análise dos Índices de Rentabilidade 2009 e 2010.**

Fonte: Elaborado pela autora.

##### 4.6.1 Giro do ativo (GA)

O GA demonstra que para cada cem unidades monetárias de investimentos realizados no Ativo Total, a empresa Terrasul Vinhos vendeu em 2009 R\$ 97,92 e em 2010 R\$ 112,19. Conforme os resultados obtidos, verifica-se que o ano de 2010 apresenta melhor resultado, aonde as vendas superaram os investimentos verificando assim a eficiência com que são utilizados os recursos aplicados na empresa.

##### 4.6.2 Margem líquida (ML)

A ML demonstra o lucro que a empresa está tendo em relação ao seu faturamento. A empresa apresenta resultados positivos sobre as vendas efetuadas em ambos os períodos analisados, sendo que em 2009, para cada cem unidades monetárias de vendas foi obtido R\$ 37,32 de lucro. Em 2010 verifica-se uma queda significativa no lucro, apresentando R\$ 8,27. Esta grande diferença ocorreu principalmente pelo aumento no Custo das Mercadorias Vendidas que em 2009 era de R\$ 777.498,05 e em 2010 R\$ 1.531.076,50, aumento significativo de 96,92% conforme a análise horizontal.

##### 4.6.3 Rentabilidade do ativo (RA)

O RA verifica a lucratividade da empresa em relação aos investimentos feitos no Ativo Total. Para cada cem unidades monetárias de investimentos, a empresa obteve de lucro sobre os mesmos em 2009 R\$ 36,54 e em 2010 R\$ 9,28. Assim o

lucro líquido do exercício representa em 2009 36,54% dos investimentos feitos no Ativo Total da empresa e em 2010 9,28%. O ano de 2010 apresenta menor rentabilidade, pois o Lucro Líquido do Exercício diminuiu significativamente em relação ao ano de 2009, como já informado no tópico precedente.

Já que a lucratividade decaiu quatro vezes em relação a 2009, a Terrasul Vinhos Finos irá demorar aproximadamente 11 anos ( $100\% / 9,28\%$ ) para recuperar os investimentos feitos no Ativo da empresa com base na rentabilidade de 2010.

#### 4.6.4 Rentabilidade do patrimônio líquido (RPL)

O RPL verifica qual foi o retorno para os sócios a partir dos investimentos feitos na empresa, ou seja, qual o retorno sobre os capitais próprios representados pelo Patrimônio Líquido. Analisando os resultados obtidos a empresa Terrasul Vinhos apresentou um índice de rentabilidade de 103,60% em 2009 e em 2010 de 21,32%. O decréscimo de um ano para o outro ocorreu pela grande redução do Lucro Líquido do Exercício, já citado em outros tópicos deste capítulo.

#### 4.7 ANÁLISE DOS ÍNDICES DE ROTAÇÃO E PRAZO MÉDIO

INDICADORES DE ROTATIVIDADE			
INDICADORES	INTERPRETAÇÃO	2009	2010
Giro dos Estoques (GE)	Quanto maior, melhor.	1,4864	2,1866
Prazo Médio de Estocagem (PME)	Quanto menor, melhor.	246 dias	167 dias
Giro de Fornecedores (GF)	Quanto maior, melhor.	2,1591	3,5028
Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMPF)	Quanto menor, melhor.	169 dias	104 dias
Giro das Contas a Receber (GCR)	Quanto menor, melhor.	4,2269	7,0799
Prazo Médio de Recebimento de Contas a Receber (PMCR)	Quanto menor, melhor.	86 dias	52 dias

**Quadro 6: Análise dos Índices de Rotatividade 2009 e 2010.**

Fonte: Elaborado pela autora.

##### 4.7.1 Giro dos estoques (GE) e prazo médio de estocagem (PME)

O GE determina o giro dos estoques e o PME quantos dias os estoques ficam estagnados antes de serem vendidos demonstrando a renovação dos estoques.

Em 2009 o GE foi 148,64% e em 2010 218,66%, demonstrando que o último ano analisado se encontra em melhor situação, pois seu prazo de giro dos estoques tem menor prazo em dias. Esta situação é confirmada através do PME que em 2009

apresentou 246 dias contra 167 dias do ano de 2010, ou seja, a empresa teve um giro mais rápido de um ano para o outro obtendo uma situação financeira melhor.

Para a empresa, o giro dos estoques entre esses níveis é considerado normal, pois as vendas de vinhos comuns, que representam maior volume na receita operacional da empresa, só começam a ser efetuadas com maior intensidade entre julho e outubro de cada ano.

#### *4.7.2 Giro de fornecedores (GF) e prazo médio de pagamento a fornecedores (PMPF)*

Verifica-se com que velocidade a empresa demora a partir do momento da compra para quitar suas dívidas. Em 2009 o GF encontrado foi 215,91% contra 350,28% em 2010 verificando que em 2010 a empresa quitou suas dívidas assumidas com terceiros em menos dias que em 2009. Esta situação é confirmada através do PMPF que em 2009 apresentou 169 dias contra 104 dias em 2010, ou seja, a empresa quitou suas obrigações com menor tempo que no ano anterior, demonstrando estar utilizando por menos tempo recursos provenientes dos fornecedores para financiar suas atividades.

Para a empresa a média de dias encontrada é considerada normal, já que seus fornecedores em sua maioria são produtores rurais de uvas americanas, quitados somente quando uma parte do vinho produzido é vendida.

#### *4.7.3 Giro das contas a receber (GCR) e prazo médio de recebimento de contas a receber (PMCR)*

Verificam quantos dias a empresa demora a receber os valores relativos as suas vendas para terceiros, demonstrando a eficiência de cobrança da empresa. Em 2009 o GCR encontrado foi de 422,69 % contra 707,99% em 2010, verificando que a empresa recebeu seus créditos com terceiros antes que em 2009. Esta situação é confirmada através do PMCR que em 2009 apresentou 86 dias contra 52 dias em 2010.

Conforme a empresa, o ramo vinícola está tendo que se adaptar a uma nova realidade mercadológica e para não perder clientes está tendo que estender seus prazos de recebimento, principalmente para a venda de vinhos comuns para

empresas fora do Estado. A tendência para os próximos anos então é que este índice aumente.

#### 4.8 ANÁLISE GERAL DA APLICAÇÃO DO ESTUDO DE CASO

Diante da análise das demonstrações contábeis e dos índices da empresa Terrasul Vinhos Finos neste capítulo pode-se verificar que em relação ao período analisado do ano de 2009 para o ano de 2010 alguns problemas de gestão precisam ser solucionados para melhorias nos exercícios futuros.

Um dos aspectos negativos com maior ênfase foi o aumento relevante do CPV. É importante que os gestores busquem alternativas para diminuir este componente determinante para manter o equilíbrio no lucro líquido da empresa. Através da análise vertical e horizontal foi possível verificar com os gestores e com os funcionários quais foram os motivos do aumento nos custos dos produtos vendidos em 2010, possibilitando um planejamento para safras futuras, com maior controle de qualidade na matéria-prima recebida evitando compras elevadas que visem ajustar problemas iniciais para atingir padrões já estabelecidos, portanto é fundamental selecionar os produtores rurais que tenham um bom grau babo <sup>1</sup> em suas uvas evitando a compra de mais açúcar<sup>2</sup> e que ajudarão a empresa a atingir um padrão de vinho elevado. Infelizmente a qualidade da uva depende principalmente do clima e o planejamento pode ter que tomar rumos diferentes caso a safra esteja comprometida.

Os índices de endividamento no geral melhoraram, somente na composição do endividamento é que a empresa piorou seu desempenho, porém o aumento neste índice é pouco significativo em 0,020%, apesar da empresa não ter contraído

---

<sup>1</sup> O grau glucométrico da uva é medido em escala de graus Babo, que representa a quantidade de açúcar, em peso, existente em 100 g de mosto (caldo da uva) identificando o grau de maturação da uva. Esta medida pode feita diretamente do vinhedo, com a ajuda de um equipamento chamado refratômetro.

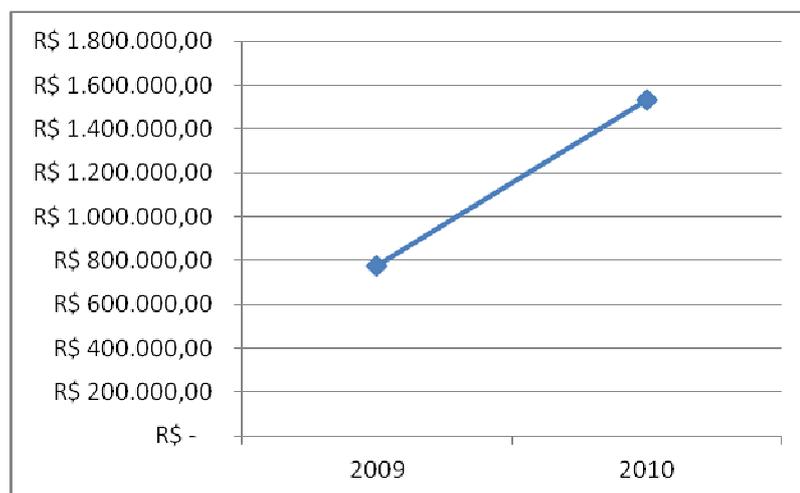
<sup>2</sup> Para a elaboração de vinhos de qualidade, todo álcool deve ser formado via fermentação, pelas leveduras, sem adição exógena. A legislação brasileira determina que os vinhos de mesa devem ter entre 10 e 13º de álcool. Assim, se a uva não contiver o teor necessário de açúcar, deve-se adicionar açúcar de cana, no início de fermentação.

durante o ano de 2010 empréstimos de longo prazo, ressaltando o foco nos empréstimos no curto prazo.

Um aspecto que a gestão precisa verificar no endividamento da empresa é que diante do resultado do índice de participação de capital de terceiros foi constatado que a dependência financeira e o grau de endividamento são considerados altos. Através deste índice foi possível demonstrar aos gestores qual a dependência financeira da empresa diante dos empréstimos bancários adquiridos ao longo do período analisado, porém todo ano logo após a safra da uva a empresa opta em adquirir um empréstimo de curto prazo para já quitar um terço das uvas americanas adquiridas, já que a venda do vinho comum será efetuada praticamente depois de quatro meses.

A liquidez imediata apresentou pior desempenho, pois os empréstimos de curto prazo praticamente se mantiveram, porém as disponibilidades foram reduzidas, devido a uma decisão da gestão da empresa, em só manter em caixa os valores recebidos nas vendas no varejo da empresa referente aos vinhos finos. A liquidez seca demonstra que a empresa depende da venda dos seus estoques para quitar suas obrigações assumidas com terceiros. Os outros índices de liquidez apresentaram melhora em seus valores.

Diante da rentabilidade da empresa verifica-se que somente o giro do ativo teve um desempenho melhor em relação ao ano de 2009, pois o lucro líquido da empresa como já comentado acima foi afetado significativamente pelo elevado valor do CPV em 2010.



**Quadro 7: Aumento do CPV de 2009 para 2010.**

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação aos índices de rotatividade, a empresa apresenta particularidades do ramo vinícola a serem relevadas, o setor sofre com a Lei da Oferta e da Procura, sendo necessário se adequar a prazos de vendas, recebimentos e pagamentos para não perder os clientes. A concorrência está maior a cada dia, principalmente em Flores da Cunha - RS, cidade que mais produz vinhos no Brasil. Portanto a empresa está ainda se adequando a esta nova realidade mercadológica, vendendo seus produtos cada vez mais tarde com prazos de recebimento conforme exigências dos clientes e com um número maior de prestações.

É necessário que a empresa acompanhe os índices com maior frequência, com base neste estudo, mantendo informações importantes ao alcance dos gestores e funcionários mensalmente para a tomada de decisões que venham a melhorar o desempenho do empreendimento.

## 5 CONCLUSÃO

Este trabalho demonstrou a importância das informações geradas através do estudo dos índices econômicos e financeiros e de que maneira viabilizam a tomada de decisões e o planejamento diante de melhorias a serem efetuadas nas empresas em exercícios futuros contribuindo para evolução financeira das organizações.

A Análise das Demonstrações Contábeis é dentre os instrumentos da Contabilidade uma das ferramentas mais eficazes, transformando índices que são apenas números em interpretações que dão origem a informações úteis para auxiliar os gestores a tomarem decisões coerentes conforme a necessidade da empresa, identificando os aspectos negativos e positivos, buscando soluções viáveis para retificar o que está com maior fragilidade e maximizando os pontos sólidos da empresa.

Através do trabalho proposto percebe-se que, a partir da conceituação teórica da contabilidade e da administração, destaca-se a evolução da análise e das demonstrações contábeis, bem como seus conceitos, usuários, objetivos, métodos e de que maneira apóiam e viabilizam as decisões empresariais. Por sua vez, o estudo dos índices demonstrando as suas funcionalidades, aplicações, características e fórmulas possibilitaram o estudo de caso proposto, identificando a situação em que se encontra a empresa e também dos seus aspectos gerais.

Ao final pode-se verificar que o objetivo proposto foi alcançado, pois foi possível verificar os índices e suas variações no período analisado da empresa Terrasul Vinhos Finos, diagnosticando possíveis causas que contribuíram para que houvesse melhora ou piora no desempenho.

Conclui-se que a empresa Terrasul Vinhos Finos, após o estudo das demonstrações contábeis e dos índices, apresenta pontos positivos e negativos, como o elevado valor do CPV e a notável dependência financeira, necessitam de atenção, está em fase de estruturação e crescimento, adaptando-se as novas realidades mercadológicas que o ramo vinícola exige. Os engarrafados ainda não são o foco principal da empresa com uma linha restrita de produtos, aonde devem ser feitos investimentos em divulgação e desenvolvimento de novos produtos nos próximos anos.

Assim, vê-se que a Análise das Demonstrações Contábeis juntamente com uma administração eficiente viabiliza maior controle do desempenho da empresa e

possibilita segurança aos gestores no momento da tomada de decisões buscando medidas para maximizar o desempenho da organização e crescer no mercado de atuação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. *Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BRAGA, Hugo Rocha. *Demonstrações contábeis: estrutura, análise e interpretação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CONTABILIDADE, Conselho Regional de. *Contabilidade para pequenas e médias empresas: NBC T 19.41, aprovada pela resolução CFC nº 1.255-09*. 2. ed. Porto Alegre: CRCRS, 2011.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. *Uvas viníferas para processamento em regiões de clima temperado*. Disponível em <<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Uva/UvasViniferasRegioesClimaTemperado/colheita.htm>>. Acesso em 11 nov. 2011.

FRANCO, Hilário. *Estrutura, análise e interpretação de balanços*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 1992.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Análise de balanços*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCHE, José Carlos. *Fundamentos de metodologia científica*. 27. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARION, José Carlos. *Análise das demonstrações contábeis: contabilidade empresarial*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

- MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial*. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MATARAZZO, Dante Carmine. *Análise financeira de balanços: abordagem gerencial*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PELEIAS, Ivam Ricardo. *Controladoria gestão eficaz utilizando padrões*. São Paulo: Saraiva, 2002.
- SÁ, A. M. Lopes de. *Análise de balanços e demonstrações contábeis*. 1.ed. São Paulo: Atlas, 1981.
- SAVYTZKY, Taras. *Análise de balanço: modelo prático*. Curitiba: Juruá, 2007.
- SCHIER, Carlos Ubiratan da Costa. *Controladoria: como instrumento de gestão*. Curitiba: Juruá, 2005.
- SILVA, Alexandre A. da. *Estrutura, análise e interpretação das demonstrações contábeis*. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SILVA, José Pereira da. *Análise financeira das empresas*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- SCHMIDT, Paulo. *Controladoria: agregando valor para a empresa*. Porto Alegre: Bookman, 2002.
- YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

